

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE GESTÃO PÚBLICA

ADNA BENAIA ARAÚJO DO NASCIMENTO

PROJETO CINTURÃO VERDE:
análise da Política Pública de Agricultura Familiar do Município de João Pessoa.

João Pessoa- PB

2016

ADNA BENAIA ARAÚJO DO NASCIMENTO

PROJETO CINTURÃO VERDE:

análise da Política Pública de Agricultura Familiar do Município de João Pessoa.

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado como requisito para obtenção do título de graduação em Gestão Pública da Universidade Federal da Paraíba.
Orientador: Professor Dr. Mauricio Sardá de Faria

João Pessoa- PB,

2016

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

N244p Nascimento, Adna Benaia Araújo do.

Projeto cinturão verde: análise da política pública de agricultura familiar do município de João Pessoa / Adna Benaia Araújo do Nascimento. – João Pessoa, 2016.

61f.: il.

Orientador: Prof. Dr. Mauricio Sardá de Faria.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Tecnologia em Gestão Pública) – UFPB/CCSA.

PROJETO CINTURÃO VERDE:

análise da Política Pública de Agricultura Familiar do Município de João Pessoa.

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado como requisito para obtenção do título de graduação em Gestão Pública da Universidade Federal da Paraíba.

João Pessoa, aprovado em ____/____/____

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Mauricio Sardá de Fariá- UFPB
(orientador)

Prof. Dr. Marco Antonio de Castilhos Acco(EXAMINADOR)

MSC. :Lívia Feijó Portela(EXAMINADORA)

Dedico este trabalho aos iguais a mim, descendentes da pobreza que com muito esforço tentam mudar a vida. Ao meu filho Lucas, para que venha sonhar com o inatingível. Aos meus queridos pais, que me ensinaram a sonhar e que sempre acreditaram em mim. Dedico aos meus avós que tiveram a nobreza de abrir mão de estudar, para proporcionar estudo aos seus.

Agradecimentos

A Deus, pois nesta jornada da vida nunca me desamparou, somente Ele é Digno de toda honra e toda glória, e dele precede toda fonte de sabedoria, meu humilde agradecimento. Aos meus pais, Romualdo e Nilvanda, que sempre me incentivaram a ser sempre melhor, a oferecer o melhor de mim, e sempre acreditaram que isso seria possível, amo vocês, e ao meus queridos avós, em especial a minha vó, Dona Zilma, eterna gratidão, obrigado minha querida vó por ter me acolhido em sua casa, para que este sonho concretizasse. Aos meus irmãos, que sempre me incentivaram e me apoiaram, Moabe, Acsa, e aos meus Cunhados Rossival Neto e Fernanda Paula, a minha tia do coração Shirley Emmanuelle, você foi uma peça chave para isto acontecer. A toda minha família que sempre torceram por mim. Ao meu querido José Rainou, que foi fundamental no meu momento de estudante grávida. A Marcos, o pai do meu filho, que me apoiou como pode. A minha eterna sobrinha Rayanne, e as minhas amigas Jaide, Jacilda e Jaíza que cuidaram do meu Lucas nos meus momentos de estudo. E nesta jornada de estudante agradeço a todos os meus mestres apaixonado pelo ensino e educação, guardo no meu coração tudo que aprendi com vocês, ao meu querido professor Doriedson Rodrigues, que apostou em mim, quando eu ainda nem era egressa na UFPB. Aos mestres que tive o prazer de levar um pedacinho de cada um, em especial ao meu orientador Mauricio Sardá, que me ensinou a sonhar alto, ao meu professor Marco Acco, que me fez descobrir uma empreendedora, ao meu querido professor Vanderson Carneiro, que me fez observar melhor a vida. Professor Cesar Emanuel que me fez sentir importante, ao meu professor Roberto Mendonza que me deu a mão quando eu mais precisei, ao meu professor Flavio Perazzo, que me fez dá os primeiros passos, ao meu Professor Hélio Ramos que me ensinou o prazer do desafio, ao Professor Fernando Melo, que me fez crer que Deus é na minha vida.

Aos Meus amigos que sempre me fortaleceram com seu carinho e dedicação, Lucia Nunes, Ednaldo Lucio, Oliete Lima, Antonio Targino. A Missionaria Lilian e ao Pastor Marcio que sempre cuidaram de mim, ao Pastor Maurício e a Pastora Laúdiceia, Miguel e Vaulene, que me apoiaram sempre, Renato por muitas vezes me ensinar na dificuldade. A todos vocês que de alguma forma contribuíram para isto acontecer, sem palavras para expressar tamanha gratidão. E por fim a UFPB, que me fez enxergar um mundo que eu não conhecia, o mundo do conhecimento.

RESUMO

Este trabalho teve como principal objetivo conhecer as políticas públicas de apoio e fomento à agricultura familiar na Cidade de João Pessoa. Especialmente, procuramos conhecer e analisar o programa Cinturão Verde, criado em 2005, e que atua na promoção da agricultura familiar e dos produtos agroecológicos.

Podemos perceber alguns impasses que o programa precisa superar como, a falta de disponibilidade técnica adequada às necessidades dos agricultores/as. Avançamos na compreensão da importância da agricultura agroecológica e os benefícios que essa produção traz para a sociedade. Ainda sobre o olhar do agricultor envolvido neste Programa, percebemos suas necessidades e evolução através do programa, em termos de conhecimento, comercialização e renda.

Palavras Chave: Agricultura Familiar, Agroecologia, Programa Cinturão Verde, Políticas Públicas.

RESUMEN

Este estudio tuvo como objetivo conocer las políticas públicas de apoyo y promoción de la agricultura familiar en la ciudad de João Pessoa. Sobre todo, tratamos de entender y analizar el programa Cinturón Verde, creada en 2005 y dedicada a la promoción de la agricultura familiar y los productos agro-ecológicos.

Nos dimos cuenta de algunos callejones sin salida que el programa tiene que superar, como la falta de disponibilidad técnica adaptada a las necesidades de los agricultores / as. Avanzamos en la comprensión de la importancia de la agricultura agroecológica y el beneficio que esta producción aporta a la sociedad. Todavía en el aspecto de los agricultores que participan en este programa, nos damos cuenta de sus necesidades y el progreso a través del programa, en términos de conocimientos, las ventas y los ingresos.

Palabras clave: Familia Agricultura, Agroecología, Programa de Cinturón Verde, la política pública.

Sumário

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO I – AGRICULTURA FAMILIAR E AGRICULTURA URBANA.....	13
I.1 Agricultor Familiar no Brasil	13
I.2 Agricultura Urbana	16
CAPÍTULO II - O PROGRAMA CINTURÃO VERDE	18
II.1 - A Legislação do Projeto Cinturão Verde	18
II.2 - Diretrizes, objetivos, Metas e resultados esperados do Programa Cinturão Verde.....	20
II.3 - Percepção do Projeto pelos Agricultores.....	23
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	25
REFERENCIAS.....	27
APÊNDICE	30
Questionários aplicado na DAF	30
Questionário aplicado ao agricultor Familiar	30
ANEXOS	32
Relatório DAF 2012.....	32
RELATÓRIO DAF 2014	41
Lei de Criação do Programa Empreender JP.	50
LEI Nº 10.431, DE 11 DE ABRIL DE 2005.....	50

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa possui como objeto o Projeto Cinturão Verde, implantado pela Prefeitura Municipal de João Pessoa com o objetivo de promover a agricultura familiar e urbana no município e possibilitar a comercialização dos produtos diretamente do produtor ao consumidor.

O interesse pelo estudo do tema surgiu após uma aula de campo realizada no assentamento Antônio Conselheiro, do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), localizado em São Miguel de Itaipu, Paraíba. Nesta atividade, pude perceber que o MST era muito diferente do que a ideia que eu tinha sobre ele, influenciada pelos meios de comunicação. Muito mais do que meros “invasores de terras”, pude perceber a luta para a produção de alimentos pelos agricultores e suas famílias, entendendo sua forma coletiva de organização, e também a importância da agricultura agroecológica e da não utilização de veneno. A partir daí tive a curiosidade de ver o que a gestão do município de João Pessoa oferecia aos agricultores e agricultoras visando o apoio à produção de alimentos. E durante as pesquisas preliminares, conheci o Projeto Cinturão Verde¹ realizado pela prefeitura de João Pessoa.

O Projeto Cinturão Verde, de forma geral, atua no fomento à agricultura familiar principalmente através de assistência técnica, mobilização e fomento, capacitações, comercialização e crédito rural. O crédito é disponibilizado através do Programa Empreender JP², por meio do Banco Cidadão, visando o incentivo à produção agroecológica pelos agricultores e agricultoras do município.

Ao apoiar o desenvolvimento da agricultura familiar no município, além de possibilitar o acesso dos cidadãos a alimentos saudáveis, o Projeto contribui para a viabilidade da agricultura familiar em área urbana (agricultura urbana), potencializando a geração de renda através das formas de comercialização direta, seja em feiras fixas ou itinerantes.

¹ - O Projeto Cinturão Verde foi criado como linha de crédito do programa Empreender JP, onde em 2011, ele passa a ser uma Diretoria de Agricultura Familiar, através da Lei n 12.155, de 09 de setembro de 2011, o projeto Cinturão Verde é caracterizado como um nível de ação instrumental do Programa Empreender JP (LEI Nº 10.431/11 de abril de 2005)

² - O Programa Empreender JP foi criado através da lei n 10.431, em 11 de abril de 2005 e visa, inclusão social e desenvolvimento sustentável, utiliza-se de capacitações empreendedoras e financiamentos.

Entendemos que a produção de alimentos através da agricultura familiar é extremamente importante para garantir melhor qualidade de vida para a população, tendo em vista proporcionar alimentos saudáveis e de baixo custo aos cidadãos. Além de uma forma de geração de trabalho e renda, a agricultura familiar, ao manter o homem no campo, reduz a pressão sobre o mercado de trabalho, contendo o desemprego e as situações de vulnerabilidade. Di Sabato apresenta em uma de suas obras esta vantagem de buscar o desenvolvimento rural. “Os familiares tendem a fincar raízes onde atuam e, nesse sentido, viabilizam o comércio local e o surgimento de aglomeração rural-urbana”. (DI SABATO,2011)

O objetivo geral da presente pesquisa ficou assim delimitado: analisar o Projeto Cinturão Verde, implementado pela Prefeitura Municipal de João Pessoa, enquanto política pública de apoio à agricultura familiar e urbana.

Como objetivos específicos, temos:

- Analisar os fundamentos e componentes do Programa Empreeder JP, sendo que em termos específicos ao que compete o Projeto Cinturão Verde, em termos de legislação e normativas, diretrizes, objetivos, metas e resultados esperados, públicos beneficiários, dentre outros elementos que organizam o Programa em questão;
- Verificar o percentual de cobertura do Projeto em João Pessoa, nas diferentes formas de assessoria técnica previstas;
- Verificar como se dá a capacitação para o cultivo agroecológico de alimentos pelos beneficiários.

No desenvolvimento da pesquisa, realizamos a leitura do material bibliográfico sobre o tema, destacando a questão da agricultura familiar e agricultura urbana. Buscamos também conhecer o Programa Cinturão Verde através de materiais da prefeitura, no site institucional e diretamente com uma técnica do programa.

No trabalho de campo, realizamos visitas aos espaços de comercialização apoiados pelo Projeto, como: a feira da Eco- várzea, situada na UFPB nas sextas feiras; a feira do Mercado Público do bairro Valentina Figueiredo; o ônibus-feira do Projeto quando este se encontrava na Rua Índio Arabutã, no Bairro Manaíra; e, por fim, visitamos uma horta comunitária localizada no Espaço Equilíbrio do Ser, mantido pela Prefeitura de João Pessoa no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), localizada no

bairro dos Bancários. Nas visitas, conversamos com os feirantes e participantes sobre o Programa, sendo as respostas anotadas no caderno de campo.

A perspectiva da pesquisa é ser um estudo exploratório e descritivo do Projeto Cinturão Verde, onde tentaremos identificar acertos e falhas do programa, de acordo com teorias e conceitos de gestão pública, com a intenção principal de poder contribuir para a melhoria deste projeto.

O presente relatório da pesquisa está estruturado, além dessa introdução, em dois capítulos e nas considerações finais. No primeiro capítulo, apresentaremos algumas considerações teóricas sobre a questão da agricultura familiar e urbana. Em seguida, no segundo capítulo, descreveremos os dados do Programa Cinturão Verde, sua estrutura, funcionamento e a visão dos beneficiários agricultores familiares. Por fim, teceremos algumas considerações finais sobre o Projeto, realçando tanto seus acertos e avanços como suas limitações e carências.

CAPÍTULO I – AGRICULTURA FAMILIAR E AGRICULTURA URBANA.

Neste capítulo, vamos apresentar uma breve apresentação sobre a questão da agricultura familiar e da agricultura urbana no Brasil. O objetivo é demonstrar a importância da agricultura familiar na produção de alimentos e da sua conformação atual na sociedade brasileira, e expor as principais linhas da agricultura urbana, que é um tema novo enquanto política pública.

I.1 Agricultor Familiar no Brasil

A produção do seu próprio alimento pode ser considerada a forma de trabalho mais antiga do homem, e a que possibilitou que ele deixasse de ser nômade e passasse a se instalar em territórios formando as primeiras comunidades. Pesquisadores do assunto estimam que essa transformação e o domínio do homem sobre o cultivo da terra tiveram início há 10 mil anos. (MAZOYER & ROUDART, 2010)

De lá para cá, foram muitas as mudanças verificadas na forma de produzir alimentos e também na organização das sociedades ao longo do tempo. Nos séculos XIX e XX, uma profunda revolução agrícola modificou as técnicas de cultivo, aumentando a produtividade do setor, que contava com cada vez menos trabalhadores agrícolas, transformados pela industrialização em operários fabris.

No Brasil, a revolução verde dos anos 1960 teve um grande impacto na nossa forma de produzir, os grandes espaços rurais foram tomados pela tecnologia desta revolução, que tinha como principal objetivo a produção em massa. Essa revolução teve como um dos resultados as sementes geneticamente modificadas, onde estas sementes eram produzidas de acordo com o tipo de solo que a receberia, e uso abusivo de fertilizantes.

Porém, os fatores negativos dessa revolução prejudicaram a camada dos pequenos agricultores, os de poucas posses, pois para realizarem grande investimento era preciso um poder aquisitivo considerável. O que ocasionou um grande endividamento nesta classe e foi um dos grandes motivadores para o êxodo rural, ocasionando desemprego e baixos salários.

Por outro lado, no meio rural, foi possível perceber que os camponeses que permaneceram no meio rural continuaram mal equipados. No nosso entender, esta revolução beneficiou somente a camada da população que tem como único objetivo o lucro, aqueles que não estão preocupados com o ‘preço’ a ser pago por quem irá consumir ou até mesmo com o solo usado para produzir. Uma revolução que ignorou a produção natural e de forma saudável, ou podemos dizer a produção ecologicamente correta.

Os produtores beneficiados por esta revolução puderam ampliar seus lucros, visto que através do uso de fertilizantes é possível uma redução considerável entre uma produção e outra. Na nossa visão, enquanto gestores pensam no amanhã, esta revolução trará agravos por muitos anos, com profundos danos ao solo, prejudicando os consumidores e os trabalhadores que foram expostos aos produtos químicos, muitos destes problemas irreversíveis, como as doenças desenvolvidas e até mesmo os espaços que ficaram desertificados, por terem sido levados a exaustão da produção.

Porém, o tema da agricultura familiar no Brasil vem ao longo dos anos ganhando força, e as políticas públicas vem ganhando corpo e forma. E para isto foi importante o reconhecimento, através da lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, pelo Governo Brasileiro, das diretrizes para formulação de Políticas para a agricultura familiar, além de formular o perfil do agricultor familiar.

Vale lembrar que a necessidade de investimentos não se limita ao investimento financeiro, pois o investimento técnicos é fundamental. Podemos dizer que o investimento em educação ambiental também contribui para este pensamento, visto que a produção familiar está cada vez mais ligada diretamente com a produção agroecológica. Ao longo dos anos, o Brasil vem perdendo sua variedade de produção, afetando diretamente o índice de segurança alimentar.

Entendemos que segurança alimentar não é só a garantia de alimentos, é também a diversidade produtiva, a forma de se produzir, pois vimos que as monoculturas praticadas em um longo período no solo tende a desertifica-lo. Ainda entendemos que segurança alimentar também é o consumo mais diversificado possível, favorecendo uma alimentação nutritiva e saudável.

E ainda vimos na Obra ‘A dialética da agroecologia’, obra de Machado e Machado Filho, que as monoculturas, ou seja, a homogeneidade conduz a morte, ao mesmo passo que a diversidade produtiva, a heterogeneidade, conduz a vida. (Machado e Machado Filho, 2014)

O papel do agricultor familiar é de extrema importância, visto que ele tem incentivos por parte das políticas públicas criadas para manter sua variedade e ainda de produzir de forma ecológica e sustentável. Podemos afirmar que, por se trata de uma fonte de renda para a família envolvida e por representar para esta família um meio de fonte de renda segura, o empenho para que a produção seja de melhor qualidade, os cuidados com o solo e com a produção é de forma mais eficiente, consciente, visto que o solo quando não é bem explorado pode esgotar- e de seus próprios nutrientes e minerais. O produtor tem a preocupação em cuidar do seu solo, de nutrir e de oferecer um tempo de descanso a terra.

Alguns autores destacam a importância da valorização da agricultura familiar pelo fato de que o pequeno agricultor finca suas raízes quando consegue um desenvolver satisfatório de sua produção. Para que isto ocorra, eles precisam de políticas públicas de apoio e fomento, pois na grande maioria esta classe não possui recursos financeiros para investimento nas suas terras.

São necessárias várias medidas para esta promoção. Na prática, oferecer somente o recurso financeiro não resolve todos os empassos do pequeno agricultor. Eles possuem necessidade de apoio no escoamento de sua produção e orientações para uma produção financeiramente mais econômica. Vejamos o que Veiga fala:

As políticas agrícolas deverão se adaptar às novas realidades e desafios colocados, tanto pelos desejos e preferências dos consumidores, como pela evolução do comércio internacional. Deverá haver sobretudo, uma adaptação que impulse a transição de um regime de sustentação de preços para um regime de apoios diretos. (Veiga, 2004 pag.59)

A dificuldade da reforma agrária tem tido como aliada as políticas agrícolas, as que buscam incentivo à produção familiar, a produção sem agrotóxicos, amenizando alguns fatores negativos que pressionam a classe agrícola..

Já é de conhecimento os riscos de produzir usando agrotóxicos, para quem consome e para quem produz, pois é na lida com a terra que a exposição a estes produtos químicos é mais severa. No Brasil, a Previdência Social Rural e o Pronaf tem ganhado destaque, na área de política pública.

Visto que a Previdência agora também é de acesso do homem do campo, e o Pronaf tem sido um programa de apoio nacional ao agricultor, durante nossa pesquisa pudemos ver que, pelo menos em um dos entrevistados já havia solicitado também apoio financeiro ao Pronaf.

Porém, entendemos que um apoio adequado ao agricultor familiar, aos produtores agroecologicamente corretos, o respeito aos acordos internacionais de mercado no sentido de proteção aos nossos preços é um dos meios para alcançar o triunfo alimentar. .

I.2 Agricultura Urbana

A agricultura Urbana vem evoluindo juntamente com a expansão do conhecimento sobre segurança alimentar nos grandes centros. Já podemos conhecer espaços na Cidade onde pessoas cultivam pequenas hortas, que produzem variados produtos. Exemplo deste tipo de cultura que encontramos no decorrer desta pesquisa foi o espaço dentro do Equilíbrio do Ser (equipamento da Secretaria de Saúde do Município de João Pessoa), onde a comunidade produz: plantas medicinais e, plantas frutíferas como bananeira e mamoeiro e algumas raízes, com o apoio da população do bairro.

Podemos nos questionar sobre qual a importância desta produção, visto que nas cidades poderíamos conseguir os produtos com maior facilidade, e este questionamento a nossa pesquisa pode afirmar que este tipo de prática no meio urbano só promove benefícios, visto que em pequenos espaços a variedade de produção é altamente diversificada, fazendo com que o solo seja recuperado para possibilitar esta produção.

As pessoas que se envolvem com esta prática tem uma melhora na qualidade de vida, tornando-se uma forma de terapia. E, por fim, destacamos a importância de uma produção livre de agrotóxicos. Veiga ainda cita na sua obra que os europeus e os norte americanos já enxergam este tipo de prática como uma forma de lazer, ou até mesmo de crescimento pessoal.(VEIGA,2004). Uma outra vertente que podemos observar com a agricultura urbana é que os alimentos produzidos chegam até a mesa de quem o produz, ou seja, contribui diretamente para uma alimentação saudável das pessoas envolvidas neste processo.

Podemos enxergar a prática de agricultura urbana como um meio de escape a pobreza urbana, e um meio para inclusão social, visto que o excedente de sua produção poderá ser comercializado gerando além de um meio para uma alimentação saudável um meio de geração de Renda, e uma forma de economia financeira para quem o produz.

Pudemos perceber \ no decorrer da pesquisa que a agricultura urbana traz benefícios até para as grandes cidades como São Paulo, como informa o Ministério de

desenvolvimento Social (MDS) e a Organização das Nações Unidas para Agricultura e a Alimentação (FAO), onde através deste tipo de atividade temos uma melhor capacidade de infiltração da água no solo, contribuindo para redução das enxurradas, deslizamentos e as inundações.(MDS/FAO,2010).

Entendemos ainda que esta prática de agricultura urbana deve ser praticada, principalmente, nos bairros onde há concentração de pessoas de baixa renda, lugares como pequenas praças com árvores frutíferas, e que projetos com hortas comunitárias são importantes meios para se gerar economia para as pessoas que têm acesso a estes alimentos. Um outro ponto é que as pessoas envolvidas com esta atividade tem melhor chance de aprender sobre educação ambiental, pois na prática poderão perceber a importância de cuidar do nosso solo, questões de saneamento básico, e até mesmo forma de evitar enchentes e deslizamentos de terra.

Ainda, é importante destacar a conscientização da população sobre a questão dos agrotóxicos. A literatura sobre o assunto destaca que alguns tipos de agrotóxicos que ainda são comercializados no nosso país já não de uso proibido em outros países. A questão do agrotóxico é altamente prejudicial, ele elimina as pragas, mas a custo alto, no sentido de benefícios e malefícios, visto que a pessoa que maneja o veneno expõe sua saúde a riscos muitas vezes irreparáveis, o solo é exposto a contaminação através do veneno e o produto, por sua vez, não deixa de ser afetado. Então, neste ciclo podemos concluir que toda a cadeia envolvida é prejudicada: produtor, consumidor e solo.

CAPÍTULO II - O PROGRAMA CINTURÃO VERDE

Nesse capítulo, vamos apresentar o Projeto Cinturão Verde, abordando o processo de implementação, a seu marco legal, os instrumentos utilizados e o resultado da observação que realizamos através do funcionamento do Projeto e das entrevistas realizadas com os agricultores.

II.1 - A Legislação do Projeto Cinturão Verde

Em João Pessoa a lei que ampara o incentivo ao pequeno negócio que inspirou os primeiros passos para o apoio ao agricultor familiar foi criada no governo de Ricardo Vieira Coutinho, sob o número 10.431/11 em abril de 2005 .

Nesta Lei foi criada o Conselho Consultivo dos Pequenos Negócios do Município de João Pessoa e o Comitê Gestor do Fundo Municipal de Apoio aos Pequenos Negócios. Foram traçados também objetivos que tinham como fundamentos o desenvolvimento econômico e financeiro. A Lei é direcionada ao pequeno negócio, porém este programa precisa de uma estrutura física e em 04 de julho de 2005 é criada a Agência de Desenvolvimento dos Pequenos Negócios de João Pessoa.

A criação desta agencia foi o que deu corpo de fato ao programa, no sentido de criar um lugar onde o pequeno empreendedor pudesse se dirigir em busca de apoio. Esta Agência de inicio ficou vinculada a Secretária de Desenvolvimento Sustentável de Produção(SEDESP). Um ponto fundamental na estrutura desta agência é que as ações de fomento terão como objetivo o desenvolvimento de iniciativas ambientalmente sustentáveis.

Dentro da Agência é feita toda mobilização de recursos humanos, técnicos, Conselho Deliberativo e Conselho Fiscal. O Conselho Deliberativo fica com o papel de definir o quadro de pessoal e a quantidade e estrutura funcional. Os cargos são todos de provimento em comissão e com remunerações específicas. A prefeitura de João Pessoa disponibilizou R\$ 50.000,00(cinquenta mil reais) para a instalação da Agência.

No ano de 2011 a gestão da cidade era de responsabilidade do gestor José Luciano Agra de Oliveira, onde este gestor promoveu grandes evoluções na Secretaria que aloca a Agência, onde a SEDESP passa a ser Secretaria do Trabalho, Produção e Renda.

Esta Secretaria irá desempenhar o papel de planejar e executar políticas de emprego e renda, promover capacitação ao trabalhador, apoiar a economia solidária e fomentar a agricultura e o empreendedorismo. Como já era o papel da SEDESP, porém, este gestor organiza a secretaria em níveis de atuação, separando a estrutura organizacional da Secretaria. Ela continua com um olhar de desenvolvimento sustentável, e ainda fica responsável por identificar e explorar as potencialidades econômicas do município, ou seja, passa a ser papel da Secretaria identificar os agricultores da cidade e os pequenos empreendedores.

Agora ainda enquanto gestor cria uma nova estrutura organizacional. Como anteriormente falamos dos níveis”, foi feita a divisão em cinco níveis, são eles: Direção Superior, Aconselhamento, Atuação Instrumental e Execução Programática. Sendo o maior deles o Nível de Atuação Instrumental, onde este fica subdividido em Diretorias, gerencia e Núcleos.

Promove-se a mudança nos cargos ocupados, passando a existir 146 (cento e quarenta e seis) cargos de provimento efetivo preenchidos por meio de concurso Público. Permanecem os cargos em comissão, com o número de 32 (trinta e dois) funcionários comissionados. Agora ainda atribui nesta Lei a função designada por cada cargo.

No ano de 2013, sob a direção gestora de Luciano Cartaxo Pires de Sá, ele promove pequenas mudanças, visto que mudaram apenas nomenclaturas dos níveis pertencente a estrutura organizacional, permanecendo os cinco níveis de atuação, com a substituição de alguns sub-níveis. O que merece destaque nesta nova mudança é o aumento de cargos comissionados de 32 cargos para 53.

O Programa Empreender JP, promove capacitação para a produção agroecológica, assessoria técnica voltada para meios de produção e ainda esta assessoria atua na busca de facilidade do escoamento da produção, possibilitando ao agricultor a produção de alimentos de forma ecológica e sem o uso de agrotóxicos químicos. Por meio do auxílio de técnicos essa forma de produção torna-se possível e executável.

Através do Projeto Cinturão Verde, já entendido como um componente do Empreender JP, busca-se ainda facilitar o escoamento da produção por meio de feiras fixas e itinerantes em alguns bairros da cidade. As fixas são em parcerias com mercados públicos da cidade de João Pessoa, como por exemplo o Mercado Público do Valentina Figueiredo, e as itinerantes através do ônibus feira, onde este se desloca pela cidade em

pontos estratégicos, possibilitando ao pequeno agricultor vender seu produto direto ao consumidor.

Por meio do projeto Cinturão Verde passa a existir uma nova figura neste processo de escoamento, que são as parcerias, que surgem na tentativa de melhorar a relação do produtor com o mercado consumidor. O ônibus feira é um exemplo desta figura de parcerias, pois nele tem produtos a venda de vários produtores. Sem ter a necessidade de todos estarem lá para efetuar suas vendas, o parceiro busca o preço justo, ideal para o produtor.

Para ser enquadrar no perfil de participante deste projeto, o interessado deve estar configurado como agricultor familiar que, segundo a lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, artigo 3º, apresenta-se a seguinte definição:

Considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:
 Não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
 Utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
 Tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;
 Dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família(Brasil, 2006, pag. 1)

II.2 - Diretrizes, objetivos, Metas e resultados esperados do Programa Cinturão Verde

A Diretoria de Agricultura Familiar (DAF) em João Pessoa tem como principal objetivo apoiar a transição agroecológica dos agricultores familiar da zona rural e periurbana de João Pessoa. Além disso, também busca a inclusão e desenvolvimento econômico e social dos seus usuários.

No ano de 2014, foram traçados vários objetivos para o desenvolvimento deste Programa. Como podemos observar na tabela de Metas do Relatório Anual da Diretoria de Agricultura Familiar(DAF).

Tabela 1: Metas Para Alcançadas No Ano De 2014

Nº	META	PREVISTO	EXECUTADO
1	Visitas técnica aos agricultores	540	540
2	Dia de campo (capacitação e palestras)	03	03
3	Implantação da Unidade Experimental	01	01
4	Monitoramento dos Biodigestores	08	08
5	Confecção de folder de divulgação das feiras	01	01
6	Confecção de folder explicativo sobre a DAF	01	01
7	Cadastro de imóveis rurais	300	300
8	Criação do Plano de Ação para sistematização das atividades	01	01

9	Criação da Ficha de Acompanhamento de Cotas	01	01
10	Desenvolvimento de Projeto de Estágio	03	03
11	Criação dos Questionários referentes às pesquisas dos Projetos de Estágio	03	03
12	Participação na I Feira de Produtos Agroecológicos da Agricultura Familiar, da Semana Mundial de Alimentação	03	03
13	Participação da Plenária Territorial da Zona da Mata Sul	01	01
14	Participação da Abertura da CDL 2014	01	01

Fonte: DAF, 2014

No entanto, para alcançar estes objetivos precisamos esclarecer que em nível de gestão a Diretoria foi dividida em eixos, cada eixo tentará se especializar nas suas funções e no fim de todo o processo o usuário terá um conjunto de serviços, que terá como objetivo seu desenvolvimento econômico e social.

Os eixos subdivididos são: assistência técnica, mobilização e fomento, ação social, crédito rural, capacitação, e comercialização.

O eixo da assistência social organiza-se com a visita técnica ao local, seu diagnóstico e projeto produtivo, a todo o momento este processo é feito entre o técnico e o agricultor, onde surgem ideias, sugestões e as dificuldades a ser superadas.

O crédito rural está diretamente ligado a construção do projeto produtivo, para liberação deste crédito há uma variação no tempo, mas que para esta liberação ocorrer, se faz necessário o projeto produtivo estar formulado.

O eixo da capacitação é o eixo que trata da conscientização do agricultor na importância da produção agroecológica, da diversificação, de técnicas de compostagem, de defensivos naturais.

Já o eixo da comercialização trata da tentativa de viabilizar a comercialização deste produtor. Oferecendo pontos estratégicos em feiras agroecológicas e feira itinerante por meio do ônibus feira, inclusão do Programa de aquisição de Alimentos(PAA) e na Compra Direta Local da agricultura familiar (CDLAF) de João Pessoa.

A DAF traçou como objetivos para o ano de 2014 quatorze pontos, que tiveram aparentemente sucesso, pois segundo a tabela apresentada no relatório de 2014 todos os objetivos foram alcançados. E o mesmo relatório já traça objetivos para serem alcançados no ano de 2015, onde um dos objetivos é a ampliação do alcance do programa, mostrando interesse pelas marisqueiras de Mandacaru, bairro de João Pessoa e implantação de projeto fitoterápica.

O programa Cinturão Verde indiretamente também foi uma forma de incentivar essa classe a organiza-se nas mais variadas formas, e uma delas é a associação dos agricultores familiares. Consideramos essa organização como uma ramificação de incentivos a esta classe, onde através de reuniões e de feiras proporcionadas através do Programa é possível uma melhor aproximação dos produtores, enquanto pessoas.

Fazendo uma comparação entre a tabela 1 e a tabela de metas apresentada em 2012 como meta para ser alcançada em 2013, podemos observar que ainda existe uma dificuldade da própria DAF em elaborar uma cartilha ou livro sobre a agricultura de produtos orgânicos, e também não há material de informação da DAF escrito sobre defensivos naturais. Vejamos as Tabelas 2 e 3:

Tabela 2: Metas para o ano de 2013

META	IDENTIFICAÇÃO	PREVISTO	EXECUTADO	RESULTADO
1	Visitas técnica aos agricultores	2000		
2	Elaboração de Projetos junto ao SICONV	2		
3	Elaboração de Projetos junto ao EMPREENDER/JP	40		
4	Cadastrar produtores e suas produções	80		
5	Dia de campo (capacitação e palestras)	4		
6	Elaborar cartilha e/ou livro sobre agricultura orgânica	100		
7	Elaborar projetos PAA, PNAE e CDL.	1		
8	Instalar feira agroecológica	1		
9	Implantar abatedouro avícola	1		
10	Implantar Unidade Experimental	1		
11	Fabricação de sabão artesanal	12		
12	Viveiro de plantas ornamentais	1		
13	Biodigestor	8		

Fonte DAF, 2012

Tabela 3: Metas para o ano de 2015

Nº	META	PREVISTO	EXECUTADO
1	Visitas técnica aos agricultores	540	
2	Dia de campo (capacitação e palestras)	12	
3	Construção de Horta Mandala na Unidade Experimental	01	
4	Aplicação dos Questionários dos Projetos de Estágio	60	

5	Análise do Solo da Horta Mandala	01	
6	Estabelecimento de vínculo com as marisqueiras de Mandacaru	01	
7	Confecção de Cartilha sobre a DAF	01	
8	Confecção de Folder, Cartilha e Manual de Defensivos Naturais	03	
9	Implantação do projeto Fitoterápica (Parceria)	01	
10	Criação de cartilha de Fitoterápicos voltada para a saúde da mulher	01	

Fonte: DAF, 2014

II.3 - Percepção do Projeto pelos Agricultores

Através de um questionário formulado para este Programa em específico e que estará no apêndice da referida pesquisa, foi possível nos aproximarmos do que o agricultor familiar enquanto cidadão obteve através do programa e entendermos o que ele achou. Como segue.

Pudemos verificar que o tempo decorrido para que o empréstimo financeiro fosse liberado leva uma média de dois a seis meses, pois para que o empréstimo estivesse formulado o agricultor teria que desenvolver juntamente com os técnicos do programa um projeto para sua produção.

Neste período ele também passa por uma capacitação de como produzir sem uso de agrotóxicos. Observamos nesse caso que houve uma satisfatória troca de conhecimentos, onde os agricultores puderam aprender técnicas de defensivos naturais, compostagem, a importância de banco de sementes, variadas formas de produção e lida mas adequada com os animais.

Por meio ainda do incentivo do programa o agricultor pôde obter kit de irrigação para o plantio e ele ainda desfrutou de um acompanhamento de um técnico agrícola, recebendo apoio para o escoamento da produção por meio das feiras promovidas através do programa, e uma assessoria de gerenciamento, onde ele recebeu orientações básicas de administração.

Nesta pesquisa, percebemos que todos os participantes possuem mais de um ponto de venda. Apenas um dos entrevistados ligado ao programa não possui certificado ou laudo sobre a sua produção ser livre de Agrotóxicos.

Pudemos nos informar através dos outros entrevistados que o laudo da produção pode ser obtido através do próprio técnico que acompanha o agricultor, onde a

prefeitura recebe o parecer do técnico e ela Emite este laudo, e os certificados podem ser através da Pastoral da Terra e do Ministério da Agricultura.

Pudemos perceber a satisfação enquanto pessoa destes agricultores em produzir e vender produtos saudáveis, que não fazem mal à saúde de quem produz e nem de quem consome.

Ainda sobre os créditos financeiros liberados, os valores variaram entre no mínimo três e no máximo sete mil reais. Quando perguntados sobre a quitação do empréstimo e se houve dificuldade em cumprir com o pagamento percebemos que quanto menor era o prazo para início da primeira parcela, maior era a dificuldade em arcar com o compromisso, onde um dos pesquisados apenas falou ter sido fácil, pois este recebeu um prazo maior que todos os outros, sendo este com o prazo de um ano até a primeira parcela.

Compreendemos que para os outros o nível de dificuldade foi maior pois todos estes dependem da terra para obter renda, mas o do cultivo até a produção requer-se tempo. Este aspecto anteriormente não vinha sendo observado. Apenas um dos agricultores renovou o empréstimo.

Quando perguntados sobre o valor ser ou não suficiente, três responderam ter sido suficiente e dois afirmaram não ser, acharam o valor baixo. Entretanto os dois que acharam que o valor oferecido foi baixo não renovaram o empréstimo.

Perguntamos sobre quais as melhorias que o programa poderia tentar desenvolver, e as respostas foram direcionadas à falta de técnicos disponíveis para um melhor e mais rápido acompanhamento, e sobre a questão da infra estrutura comercial, onde eles ainda fazem sua comercialização nas ruas, em bancadas com estrutura de madeiras e tendas. Falaram da dificuldade de comercializar desta forma com as questões de estarem expostos às questões do clima, no período de chuva a comercialização torna-se praticamente inviável.

E, por fim, quanto as suas rendas após incentivo do programa, todos afirmaram que houve significativa mudança para melhor. Um deles ainda afirmou que após o programa a sua produção tornou-se sua única fonte de renda, pois o mesmo viu que agora poderia manter-se autônomo trabalhando para si e ainda em família.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos ver que no município de João Pessoa, a cidade que já obteve título de uma das cidades mais verdes do Brasil, há sim uma preocupação em manter o verde, e podemos dizer que esta indo além de padrões de beleza natural, neste município a uma preocupação com a produção agroecológica, o município vem evoluído nos seus programas, fazendo ajustes quando necessarios.

Porém, na nossa visão de gestão, ainda podemos perceber que existem pequenas falhas como a ausência de técnicos ou sua impossibilidade de chegar até o produtor. As dificuldades na comercialização destes produtos, visto a extensão da nossa cidade em comparação com o número de locais de feiras agroecológicas, em visita aos locais de comercialização, podemos perceber que a infraestrutura nas feiras ainda é de forma precária, sendo estes locais ainda em bancas de madeira e tendas, de maneira que todo o comercio é exposto às questões como clima, limpeza da feira e até mesmo a falta de conforto para o cliente e o vendedor.

Entendemos que poderíamos investir na infraestrutura comercial como um todo, ou seja, em mais locais para postos de vendas, em um roteiro divulgado e cumprido pelo ônibus feira, em mercados públicos destinados a agricultura familiar e agroecológica.

Podemos perceber também que, não há uma divulgação maior destes produtos por parte da Prefeitura, e dos órgãos que competem a divulgação da importância ou até mesmo da conscientização da população local sobre os benefícios do consumo destes produtos.

O investimento na educação ambiental é fundamental para uma melhor qualidade de vida da população. Atividades como hortas em espaços escolares poderiam ser uma boa estratégia para essa conscientização, podendo a escola utilizar dos produtos em sua própria merenda escolar.

O município em questão poderia também incentivar as comunidades carentes a criarem suas hortas comunitárias e apoiar de forma direta, dispondo de técnicos para orientar os participantes, ou até mesmo das sementes e mudas para iniciação.

Ainda recomendamos ao Governo do Estado aderir a este projeto em nível regional, visto que na Paraíba o sertão paraibano carece deste tipo de incentivo, entendemos que este projeto poderia solucionar questões, fomentar e desenvolver a produção no sertão paraibano.

E, por fim, entendemos ser responsabilidade da gestão pública pensar no amanhã da nossa região, da nossa gente, do espaço onde vivemos. É dever da gestão corrigir suas decisões erradas como o exemplo desta revolução verde que ao longo dos anos mostrou-se ser maléfica para meio ambiente como um todo. Ela ignorou a cultura do povo, foi irresponsável ao nos expor a produtos químicos altamente prejudiciais a nossa saúde e ao nosso solo, Entendemos que cabe a gestão pôr um fim a esta situação. O benefício da sociedade deve prevalecer, em nome de uma gestão agroecológica.

REFERENCIAS

AQUINO, A. D.; MONTEIRO, D, Agricultura Urbana, capitulo 8, Disponível em: <<https://www.agencia.cnptia.embrapa.br/recursos/AgrobCap8ID-pnzxpPBUJz.pdf>>, ultimo acesso 14 de novembro de 2016.

BRASIL, Congresso Nacional, LEI Nº 11.326, DE 24 DE JULHO DE 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Brasília, 24 de julho de 2006.

CAPELLA, A. C. N. , Perspectivas teóricas sobre o processo de Formulação de Políticas Públicas, BIB, São Paulo, nº 61, pp. 25 a 52, 1º semestre de 2006

CRIBB, S.L DE S P; CRIBB, A Y, Agricultura Urbana: alternativa para aliviar a fome e para a educação ambiental, SOBER 47º Congresso, Porto Alegre, 26 a 30 de julho de 2009. Disponível em: <http://www.sober.org.br/palestra/13/359.pdf>, ultimo acesso 14 de novembro de 2016

ESPING, A., Welfare E Experiências Neoliberais, As Três Economias De Welfare State, Lua Nova Revista De Cultura E Política No.24 ,São Paulo, 1991

FAVARETO, Arilson Políticas de desenvolvimento territorial rural no Brasil: avanços e desafios / (Série Desenvolvimento Rural Sustentável; v.12) 220p. Brasília: IICA, 2010

GRISA, C.. O Programa De Aquisição De Alimentos (Paa) Em Perspectiva: Apontamentos E Questões Para O Debate | disponível em <http://oppa.net.br/> ultimo acesso em 28 de novembro de 2015 Juazeiro Bahia, 2009

GUANZIROLI, C E; DI SABATO, A; VIDAL, M F, Agricultura Familiar No Nordeste Uma Análise Comparativa Entre Dois Censos Agropecuários, Banco do Nordeste do Brasil, Fortaleza, 2011. Disponível em: http://bnb.gov.br/projwebren/Exec/livroPDF.aspx?cd_livro=206, acessado em: 14 de novembro de 2016

IBGE, Censo agropecuário 2006. Agricultura familiar primeiros resultados, Brasil , Grandes Regiões e Unidades de Federação, Rio de Janeiro, 2006.

INCRA, Novo Retrato da Agricultura Familiar O Brasil Redescoberto, Brasília, fevereiro de 2000

JOÃO PESSOA, Paço Municipal de João Pessoa, Lei Municipal nº 10.431 de 11 de abril de 2005, Cria o programa municipal de apoio aos pequenos negócios- Empreender JP estabelece outras providencias, João Pessoa, 11 de abril de 2005.

JOÃO PESSOA, Paço Municipal de João Pessoa, Lei Municipal nº 10.496 de 04 de julho de 2005, cria a Agencia de desenvolvimento dos pequenos negócios de João Pessoa e da outras providencias, João Pessoa, 04 de julho de 2005.

JOÃO PESSOA, Paço do Gabinete da Prefeitura Municipal de João Pessoa, Lei Municipal nº12155 de 09 de setembro de 2011, Transforma a Secretaria de Trabalho Sustentável da Produção em Secretaria do Trabalho, Produção e Renda, estabelece sua estrutura e cria cargos de provimento efetivo, em comissão e de funções de confiança, revogando dispositivos das leis 10.429/2005 e 11.212/2007 e dá outras providências. João Pessoa, 09 de setembro de 2011.

JOÃO PESSOA, Paço do Gabinete da Prefeitura Municipal de João Pessoa, Lei Municipal nº 12.465 de 25 de janeiro de 2013, Transforma a secretaria de desenvolvimento sustentável da produção em secretaria do trabalho, produção e renda-secretaria do trabalho, dispõe sobre sua estrutura, seus cargos em comissão e da outras providências, João Pessoa, 25 de janeiro de 2013.

JOÃO PESSOA, Paço do Gabinete da Prefeitura Municipal de João Pessoa, Lei Municipal nº12.682 de 19 de novembro de 2013, altera a lei nº 10. 431/11 de abril de 2005, que cria o EMPREENDER-JP, modifica sua nomenclatura e dá outras providências, João Pessoa, 19 de novembro de 2013.

JOÃO PESSOA, Secretaria de Desenvolvimento Sustentável da Produção, DAF, Relatório anual de atividades, João Pessoa, 2012

JOÃO PESSOA, Secretaria Trabalho Produção e Renda, DAF, Relatório anual de atividades, João Pessoa, 2014

JOÃO PESSOA, Cinturão Verde Diretoria de Agricultura Familiar, disponível em <<http://www.joaopessoa.pb.gov.br/secretarias/sedesp/cinturaoverde/>>, acessado em 07/11/ 2015__

JOÃO PESSOA, Agricultores comemoram mudanças trazidas pelo programa Cinturão Verde, disponível em<: <http://www.joaopessoa.pb.gov.br/agricultores-comemoram-mudancas-trazidas-pelo-programa-cinturao-verde/>>, acessado em 07/11/15

LAKATOS, E M. Fundamentos de metodologia científica 1. - 5. ed. - São Paulo, Atlas 2003.

LIMA, J. Da S, Manual De Normalização: Apresentação De Trabalhos Científicos. Belém: Fatebe, 2015, 125p.

MACHADO, L C P; MACHADO FILHO, L C P, A Dialética da Agroecologia, Ed. Expressão Popular, São Paulo,2014

MAZOYER, M.; ROUDART, L. História das Agriculturas no Mundo: do neolítico à crise contemporânea. Brasília, DF: NEAD, 2010.

MDS / FAO / - Publicação distribuída no 5o. Fórum Urbano Mundial - março/2010 - 4 pgs.

PROCEMPA, Cinturão Verde de Porto Alegre , disponível em<:http://www.cinturaoverdepoa.org.br/default.php?p_secao=13&PHPSESSID=734fd666071998d948448ee1d54037d9,> acessado em 07/112015

VEIGA, J E, Destinos da ruralidade no processo de globalização, Estudos avançados, vol.18 no.51 São Paulo, 2004.

Disponível em:http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142004000200003, ultimo acesso em 14 de novembro de 2016.

APÊNDICE

Questionários aplicado na DAF

Projeto Cinturão Verde na cidade de João Pessoa.

- 1) Como o projeto cinturão verde foi criado e quando? Foi por lei, decreto?
- 2) Quantos agricultores familiar existem no brasil?NO ESTADO PB, E em joao pessoa?
- 3) Qual o território nacional e municipal destinados a agricultura familiar?
- 4) Quem são os agricultores familiar de joão pessoa e quantos são, perfil social?
- 5) Quais as exigências Para o agricultor familiar participar do projeto cinturão verde ?
- 6) Como funciona a assessoria da diretoria do projeto cinturão verde a agricultura familiar?
- 7) O que é a diretoria do projeto cinturão verde ?
- 8) Quais os movimentos sociais relacionados com o cinturão verde?
- 9) **O que é o banco cidadão?**
- 10) **O que é um produto agroecológico?**

Questionário aplicado ao agricultor Familiar

Questionário agricultor familiar

Nome:_____ idade:_____

Endereço da propriedade:_____

Escolaridade:_____ nº de integrantes da família:_____

1. Quanto tempo levou a prestação de serviço da DAF, desde o dia que você a procurou ate a liberação do credito?
2. Quais os serviços que foi oferecido?
3. Caso eles tenham ido a sua propriedade, como eles chegaram ate lá, demorou para que eles fossem a te voce?
4. Você fez o curso sobre plantio agroecológico?o que você aprendeu?
5. Hoje como você proteje seu plantio das pragas?

6. Seu produto é livre de agrotóxico? Tem alguma garantia?
7. Você participa de algum movimento ou encontro promovido pela DAF? Qual
8. Quais seus pontos de vendas? Você participa do ônibus feira? Algum desses pontos foi por meio da DAF?
9. Caso tenha recebido crédito qual foi o valor inicial liberado?
10. Considerando o nível de dificuldade para conseguir pagar o empréstimo, você diria que:
 - a. Foi muito difícil
 - b. Difícil
 - c. Médio
 - d. Fácil
 - e. Muito fácil
11. Você fez novo empréstimo? Qual o valor liberado desta vez?
12. Em relação ao(s) empréstimo(s) você considera suficiente para resolver a sua situação?
13. Si você fosse sugerir alguma melhoria no serviço o que seria?
14. Sua renda aumentou depois do programa?

Questionário aplicado no Equilíbrio do Ser, horta comunitária

Nome: _____ profissão: _____

1. Quando começou o projeto da horta comunitária neste espaço?
2. Como estava o solo do local? Foi preciso modifica-lo?
3. Qual a origem do adubo?
4. A produção dura o ano todo? Qual o destino do que é produzido? O que é produzido atualmente?
5. Recebem incentivo do governo?

ANEXOS

Relatório DAF 2012

RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES
DIRETORIA DA AGRICULTURA FAMILIAR
ANO 2012

1-INTRODUÇÃO

A Diretoria de Agricultura Familiar promoveu a inclusão social e econômica no campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar. Na modalidade do PAA (Programa de aquisição de Alimentos) e o CDL-AL (Compra Direta Local da Agricultura Familiar). O agricultor familiar comercializa diretamente alimentos de acordo com padrões de qualidade que são determinados pelos órgãos regionais competentes em um limite de R\$ 4,5 mil por ano.

Instituído pelo artigo 19 da Lei 10.696/2003, o PAA é desenvolvido com recursos dos Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e do Desenvolvimento Agrário (MDA) e da Prefeitura Municipal de João Pessoa (PMJP).

O Programa propicia a aquisição de alimentos de agricultores familiares, com isenção de licitação, a preços compatíveis aos praticados nos mercados regionais. Os produtos são destinados a ações de alimentação empreendidas por entidades da rede socioassistencial: Banco de Alimentos de João Pessoa, Comunidades Quilombolas de João Pessoa, Federação Espírita da Paraíba e CASC. Atendendo assim, uma média de 100.000 (cem mil) pessoas em situação de vulnerabilidade social e insegurança alimentar na cidade de João Pessoa.

2-OBJETIVO:

Este relatório anual, visa informar todas as ações que foram executadas no âmbito da Diretoria de Agricultura Familiar de João Pessoa no ano 2012, incluindo as atividades da Assistência Técnica, Mobilização e Fomento, Crédito Rural, Capacitações, Gênero e Comercialização.

3- COMERCIALIZAÇÃO

- Em setembro de 2012 teve início o fornecimento de produtos agrícolas de agricultores familiares da cidade de João Pessoa, com um total de 19 participantes.
- Em quatro meses de andamento do programa CDL/AF, já foram entregues 95% da produção estabelecida em contrato, um total de 23840 Kg, obtendo um retorno financeiro de R\$83.969,00 .
- A PMJP oferece também, para os agricultores que fornecem para o PAA-JP, cursos profissionalizantes voltados para a área rural, através da parceria com o SENAR-PB- Serviço Nacional de Aprendizagem Rural.

- No processo de comercialização do programa CDL-AF (Compra Direta Local da Agricultura Familiar), as vendas dos produtos agrícolas foram feitas de forma contínua e a extração dos dados referente a realidade de produção, onde através dessas informações podemos ter um termômetro sobre todo o processo de produção dos mesmos, pois o acompanhamento pode oferecer os pontos positivos e negativos que está interferindo ou limitando o desenvolvimento. Durante o processo de repasse dos produtos pode detectar varias realidades, onde famílias mesmo com muita vontade de trabalhar e produzir sofrem com limitações em suas áreas. Enfim, o fato de haver o contato com as varias realidades sócias, econômicas, culturais e etc. favorecendo um grande enriquecimento no que se refere ao ponto principal que é o incentivo para o crescimento da agricultura familiar de forma orgânica.

CULTURA	PRODUÇÃO ESCOADA								
	1ª SEMANA	2ª SEMANA	3ª SEMANA	4ª SEMANA	5ª SEMANA	6ª SEMANA	7ª SEMANA	8ª SEMANA	SALDO
ALFACE	533,00	639,00	824,00	426,00	239,00	91,00	461,00	383,00	3596,00
MAXIXE	30,00	17,00	5,00	31,00	34,00				117,00
JERIMUM	346,00	491,00	568,00	619,00	374,00	842,00	84,00		3324,00
FEIJÃO	312,00	450,00	182,00	509,00			597,00	182,00	2232,00
BANANA	327,00	483,00	508,00	559,00	263,00	230,00			2370,00
MILHO	62,00	482,00							544,00
INHAME	320,00	1993,00	1061,00	1159,00	1377,00		445,00	28,00	6383,00
COENTRO	61,00	92,00	37,00	32,00	59,00		20,00	13,00	314,00
MAMÃO	340,00	267,00	490,00	581,00	544,00	310,00	457,00	346,00	3335,00
TOMATE		104,00		122,00	231,00	322,00	231,00	128,00	1138,00
PEPINO			4,00		21,00				25,00
QUIABO			29,00	40,00	50,00	9,00	43,00	9,00	180,00
BATATA				23,00	69,00	20,00		170,00	282,00
TOTAL	2331,00	5018,00	3708,00	4101,00	3261,00	1824,00	2338,00	1259,00	23840 kg

No decorrer do programa CDL-AF (Compra Direta Local da Agricultura Familiar), foram repassado semanalmente produtos agrícolas da Agricultura familiar Camponesa. Onde foram feitas pesquisas de variedade de produtos e a continuidade produzida, onde através dessas informações pode-se a certeza do potencial de produção dos Agricultores familiares de João Pessoa, que mesmo enfrentando os desafios naturais, conseguem juntamente com o apóio do programa Cinturão Verde que viabiliza, de acordo com as condições apresentadas, os mecanismos necessários para se ter a produção desejada. Enfim, o fato de haver o contato com as varias realidades sócias, econômicas, culturais e etc. favorecendo um grande enriquecimento no que se refere ao ponto principal que é o incentivo para o crescimento da agricultura familiar de forma orgânica.

4-MOBILIZAÇÃO E FOMENTO

A Gerência de Mobilização e Fomento é responsável por localizar os grupos produtivos e fomentar os meios necessários para esses grupos se fortaleçam e dessa maneira venham a ter produtividade e bem-estar social.

A Diretoria de Agricultura Familiar apoia no momento 05 grupos de agricultores:

- Grupo de agricultores que fornecem produtos agroecológicos para o ônibus-feira. Número de famílias beneficiadas: 20 famílias.
- Grupo de agricultores que compõem feiras agroecológicas nos Bancários (Praça da Paz) e Valentina (Mercado Público) Número de famílias beneficiadas 20 famílias.
- Grupo de agricultores que fornecem produtos agroecológicos para CDL (Compra Direta Local). Número de famílias beneficiadas: 19 famílias.
- Grupo de agricultoras que produzem plantas ornamentais. Número de famílias beneficiadas: 10 famílias.
- Grupo de mulheres que produzem sabão ecológico. Número de famílias beneficiadas: 12 famílias.

Durante o ano de 2012 a feira-ônibus melhorou a qualidade dos produtos comercializados, devido o apoio técnico da Diretoria de Agricultura Familiar, aumentou o tempo de permanência no local, devido o aumento na produção. Alcançou maior número de clientes, devido divulgação feita boca a boca pelos próprios clientes. Chegando a introduzir na renda mensal dos produtores uma média de R\$ 20.000,00.

Eventos nos quais a Diretoria de Agricultura participou:

Entidade	Evento	Local	Nº Partici pante	Data
CPOrg/PB	Reunião	SEBRAE/ Campina Grande	01	30/05
		SEBRAE/ Campina Grande	01	04/09
		SEBRAE/ Campina Grande	01	05/12
			01	
CONSEA. Conselho de segurança Alimentar	Reunião	Casa dos Conselhos	01	04/09
		Casa dos Conselhos	01	02/10
		Casa dos Conselhos	01	06/11
		Casa dos Conselhos	01	04/12
Salão do Empreendedor	Salão	Busto de Tamandaré	05	07-16/12

CMDM Conselho Municipal dos Direitos Das mulheres	Reunião	Secretaria das Mulheres	01	05/03
		Secretaria das Mulheres	01	02/04
		Secretaria das Mulheres	01	07/05
		Secretaria das Mulheres	01	04/06
		Secretaria das Mulheres	01	02/07
		Secretaria das Mulheres	01	06/08
		Secretaria das Mulheres	01	03/09
		Secretaria das Mulheres	01	08/10
		Secretaria das Mulheres	01	08/11
		Casa dos Conselhos	01	10/12
Território Zona da Mata Sul Sul	Reunião	Escritório do Colegiado	01	21/02
		Escritório do Colegiado	01	22/03
		Escritório do Colegiado	01	26/04
		Escritório do Colegiado	01	31/05
		Escritório do Colegiado	01	28/06
		Escritório do Colegiado	01	23/07
		Escritório do Colegiado SEBRAE	60	14/08
Secretaria do Trabalho	Capacitação	Ponta de Gramame	30	06- 08/03

O grupo de mulheres produtoras de plantas ornamentais foi criado em 2011. Em 2012 o grupo participou de diversas feiras e também do salão implementados por esta secretaria. O grupo “Flores de Jacarapé” tem uma excelente capacidade de produção.

Metas para 2013 criar um espaço permanente de comercialização aumentar o grupo. Para que estas metas sejam alcançadas é necessário investimento em matérias, tecnologia e assessoria técnica especializada no cultivo de plantas ornamentais.

O grupo de mulheres produtoras de sabão ecológico recebe apoio da Diretoria de Agricultura Familiar para transportar o óleo utilizado na fabricação do sabão. Este produto também é comercializado na feira-ônibus. No ano de 2012 foram coletados cerca de 10 mil litros de óleo. Foram mais de 20.000 de óleo que não foram jogados no meio ambiente. As produtoras de sabão em 2012 comercializaram R\$ 15.000,00 em sabão ecológico.

A produtividade aumentou, pois os agricultores utilizaram o crédito obtido para comprar kits de irrigação, não sendo assim atingidos pela seca que prejudicou a agricultura em todo o Estado.

Foram disponibilizados 20 kits feira pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, este equipamento será instalado em 2013 estando apenas aguardando a contrapartida da Prefeitura Municipal de João Pessoa.

5-ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL

Foram beneficiadas cerca de 120 famílias, com as seguintes atividades:

- Visita técnica de acompanhamento para diagnóstico e análise de área e perfil agrícola do agricultor e agricultora, tendo em vista a capacidade de produção, visando a elaboração e acompanhamento de projetos produtivos através do Empreender-JP, PRONAF ou recursos próprios;
- Assistência técnica agropecuária, visando orientar e capacitar quanto ao manejo correto e sustentável dos trabalhos desenvolvidos no campo, tendo em vista o bom andamento e acompanhamento dos projetos elaborados e implantados através do Empreender-JP, ou implantados com recursos próprios;
- Trabalhos voltados ao manejo agroecológico, tendo em vista o incentivo e o uso de práticas voltadas aos adubos e defensivos naturais;
- Orientações quanto a produção em escala periódica, visando suprir a necessidade de mercado, bem como a produção de produtos com qualidade;
- Reuniões de caráter técnico produtivo visando a produção e a comercialização com agricultores e agricultoras;

- Os projetos elaborados e acompanhados são distribuídos em várias áreas: suinocultura, avicultura, apicultura, bovinocultura leiteira, entre outros.

Exemplo de algumas famílias assistidas pela assessoria técnica em 2012 (cronograma)

Nome do agricultor	Localização	Ação detalhada
Arlindo da Silva Lima	Guaxinduba – Conde	<ul style="list-style-type: none"> Orientações sobre o preparo e aplicação de Biofertilizantes, Compostagem (Adubação), Calda bordalesa e Extratos Botânicos (Fitossanidade) destinados aos cultivos de Maracujá, Mamão, Banana, Limão e Inhame da Costa e São Tomé; Orientações sobre o manejo correto do solo; Orientações sobre irrigação no sentido de uma melhor economia de água com a implantação de cobertura vegetal.
Elizabeth de Oliveira Romão	Ponta de Gramame – João Pessoa	<ul style="list-style-type: none"> Orientações sobre o preparo e aplicação de Biofertilizantes, Compostagem (Adubação), Calda bordalesa e Extratos Botânicos (Fitossanidade), destinados aos cultivos de Hortaliças (Alface, Pimentão, Rúcula, Couve Folha, Pimenta, Coentro, Cenoura entre outras, Mamão, banana, Macaxeira); Orientações sobre o manejo correto do solo; Orientações sobre irrigação no sentido de uma melhor economia de água com a implantação de cobertura vegetal.
Pedro Cruz Cultivo Protegido e a céu aberto		<ul style="list-style-type: none"> Orientações sobre o preparo e aplicação de Biofertilizantes, Compostagem (Adubação), Calda bordalesa e Extratos Botânicos (Fitossanidade), destinados aos cultivos de Hortaliças (Alface, Pimentão, Tomate, Couve Folha, Couve Flor., Coentro, Repolho, Inhame e Macaxeira); Orientações sobre o manejo correto do solo (Plantio em curva de nível); <p>Orientações sobre irrigação localizada no sentido de uma melhor economia de água com a implantação de cobertura vegetal.</p>
Jose Carlos da Silva Rodrigues (Cultivo Protegido)	Gurugi II – Conde	<ul style="list-style-type: none"> Orientações sobre o preparo e aplicação de Biofertilizantes, Compostagem (Adubação), Calda bordalesa e Extratos Botânicos (Fitossanidade), destinados aos cultivos de Hortaliças (Alface, Pimentão, Tomate, Couve Folha, Couve Flor., Coentro, Repolho Etc., Mamão, banana, maracujá e Macaxeira); Orientações sobre o manejo correto do solo; Orientações sobre irrigação no sentido de uma melhor economia de água com a implantação de cobertura vegetal.
José Roberto Batista	Muçu Magro – João Pessoa	<ul style="list-style-type: none"> Orientações sobre o preparo e aplicação de Biofertilizantes, Compostagem, Calda bordalesa e extratos botânicos, destinados aos cultivos de Hortaliças (Alface, Pimentão, Rúcula, Couve Folha, Pimenta, Coentro, entre outras), Mamão, banana, Macaxeira; Orientações sobre o manejo correto do solo; Orientações sobre irrigação no sentido de uma melhor economia de água com a implantação de cobertura vegetal
Valdir Araújo Silva	Barra de Gramame – Conde	<ul style="list-style-type: none"> Orientações sobre o preparo e aplicação de Biofertilizantes, Compostagem, Calda bordalesa e extratos botânicos, destinados aos cultivos de Banana, Limão, Graviola e Maracujá. Orientações sobre o manejo correto do solo; Orientações sobre irrigação no sentido de uma melhor economia de água com a implantação de cobertura vegetal

Ernandes Hermengildo	Assentamento Dona Antônia – Conde	Orientações sobre o preparo e aplicação de Biofertilizantes, Compostagem, Calda bordalesa e extratos botânicos, destinados aos cultivos de Hortaliças (Alface, Pimentão, Rúcula, Couve Folha, Coentro, entre outras), Mamão. Orientações sobre o manejo correto do solo; Orientações sobre irrigação no sentido de uma melhor economia de água com a implantação de cobertura vegetal.
Vanderlei	Paratibe – João Pessoa	Orientações sobre o preparo e aplicação de Biofertilizantes, Compostagem, Calda bordalesa e extratos botânicos, destinados aos cultivos de Hortaliças (Alface, Rúcula, Repolho, Acelga entre outras); Orientações sobre o manejo correto do solo; Orientações sobre irrigação no sentido de uma melhor economia de água com a implantação de cobertura vegetal.
João Vitor (Cultivo Protegido)	Paratibe – João Pessoa	Orientações sobre o preparo e aplicação de Biofertilizantes, Compostagem, Calda bordalesa e extratos botânicos, destinados aos cultivos de Hortaliças (Alface, Pimentão, Couve Folha, Cenoura, entre outras); Orientações sobre o manejo correto do solo; Orientações sobre irrigação no sentido de uma melhor economia de água com a implantação de cobertura vegetal.
Severino Alves (Bibiu) (Cultivo Protegido)	Engenho Velho- João Pessoa	Orientações sobre o preparo e aplicação de Biofertilizantes, Compostagem, Calda bordalesa e extratos botânicos, destinados aos cultivos de Hortaliças (Alface, Tomate, Pimentão, Couve Folha.); Orientações sobre o manejo correto do solo; Orientações sobre irrigação no sentido de uma melhor economia de água com a implantação de cobertura vegetal.
Jose Manoel Alves	Assentamento Dona Antonia Conde	Orientações sobre o preparo e aplicação de Biofertilizantes, Compostagem, Calda bordalesa e extratos botânicos, destinados aos cultivos de Maracujá. Orientações sobre o manejo correto do solo; Orientações sobre irrigação no sentido de uma melhor economia de água com a implantação de cobertura vegetal
Severino Martins de Barros	Assentamento Dona Antonia Conde	Orientações sobre o preparo e aplicação de Biofertilizantes, Compostagem, Calda bordalesa e extratos botânicos, destinados aos cultivos de Maracujá e Inhame. Orientações sobre o manejo correto do solo; Orientações sobre irrigação no sentido de uma melhor economia de água com a implantação de cobertura vegetal
Evando Fernando da Cunha Filho	Ponta de Gramame João Pessoa	Orientações sobre o preparo e aplicação de Biofertilizantes, Compostagem, Calda bordalesa e extratos botânicos, destinados aos cultivos de Hortaliças (Alface, Pimentão, Coentro,), Mamão. Orientações sobre o manejo correto do solo; Orientações sobre irrigação no sentido de uma melhor economia de água com a implantação de cobertura vegetal.
Severino Arcelino Joaquim	Ponta de Gramame João Pessoa	Orientações sobre o preparo e aplicação de Biofertilizantes, Compostagem, Calda bordalesa e extratos botânicos, destinados aos cultivos de Mamão e Maracujá. Orientações sobre o manejo correto do solo; Orientações sobre irrigação no sentido de uma melhor economia de água com a implantação de cobertura vegetal.
Josefa Maria da Silva	Ponta de Gramame João Pessoa	Orientações sobre o preparo e aplicação de Biofertilizantes, Compostagem, Calda bordalesa e extratos botânicos, destinados aos cultivos de Mamão e Maracujá. Orientações sobre o manejo correto do solo; Orientações sobre irrigação para um menor consumo d'água utilizando a cobertura vegetal.

Joselito Severino dos Santos	Ponta de Gramame João Pessoa	Orientações sobre o preparo e aplicação de Biofertilizantes, Compostagem, Calda bordalesa e extratos botânicos, destinados aos cultivos de Maracujá e hortaliças. Orientações sobre o manejo correto do solo; Orientações sobre irrigação no sentido de uma melhor economia de água com a implantação de cobertura vegetal.
José Lê da Silva Irmão	Ponta de Gramame João Pessoa	Orientações sobre o preparo e aplicação de Biofertilizantes, Compostagem, Calda bordalesa e extratos botânicos, destinados aos cultivos de Maracujá, feijão e hortaliças. Orientações sobre o manejo correto do solo; Orientações sobre irrigação no sentido de uma melhor economia de água com a implantação de cobertura vegetal.
Francisco Alves de Almeida	Jacarapé João Pessoa	Orientações sobre o preparo e aplicação de Biofertilizantes, Compostagem, Calda bordalesa e extratos botânicos, destinados aos cultivos de Maracujá. Orientações sobre o manejo correto do solo; Orientações sobre irrigação no sentido de uma melhor economia de água com a implantação de cobertura vegetal.
Casa da União	Engenho Velho João Pessoa	<ul style="list-style-type: none"> • Orientações sobre o preparo e aplicação de Biofertilizantes, Compostagem, Calda bordalesa e extratos botânicos, destinados aos cultivos de Hortaliças (Alface, Pimentão, Rúcula, Couve Folha, Pimenta, Coentro, entre outras), Mamão, banana, Macaxeira; • Orientações sobre o manejo correto do solo; Orientações sobre irrigação no sentido de uma melhor economia de água com a implantação de cobertura vegetal
João Vitória dos Dantos	Engenho Velho João Pessoa	<ul style="list-style-type: none"> • Orientações sobre higiene e manejo na ordenha.
Valdir Barbosa	Engenho Velho João Pessoa	<ul style="list-style-type: none"> • Orientações sobre manejo alimentar e produtivo de Frangos Caipiras
Euda Ferreira	Mangabeira	<ul style="list-style-type: none"> • Orientações sobre manejo alimentar e produtivo de Frangos Caipiras
Lediana Noronha do Nascimento	Barra do Gramame João Pessoa	<ul style="list-style-type: none"> • Orientações sobre manejo alimentar e produtivo de Frangos Caipiras
José Rodrigues	Engenho Velho João Pessoa	Orientações sobre o preparo e aplicação de Biofertilizantes, Compostagem, Calda bordalesa e extratos botânicos, destinados aos cultivos de Maracujá. Orientações sobre o manejo correto do solo; <ul style="list-style-type: none"> • Orientações sobre irrigação no sentido de uma melhor economia de água com a implantação de cobertura vegetal.

Execução das Metas 2012

META	IDENTIFICAÇÃO	PREVISTO	EXECUTADO	RESULTADO
1	Visitas técnica aos agricultores	2000	664	34%
2	Elaboração de Projetos junto ao SICONV	2	0	0%
3	Elaboração de Projetos junto ao EMPREENDER/JP	40	30	75%

4	Cadastrar produtores e suas produções	80	30	40%
5	Dia de campo (capacitação e palestras)	4	1	25%
6	Elaborar cartilha e/ou livro sobre agricultura orgânica	100	0	0% *
7	Elaborar projetos PAA, PNAE e CDL.	1	0	100%
8	Instalar feira agroecológica	1	0	Em andamento
9	Implantar abatedouro avícola	1	0	0%
10	Implantar Unidade Experimental	1	0	0%
11	Fabricação de sabão artesanal	12	12	100%
12	Viveiro de plantas ornamentais	1	1	100%
13	biodigestor	8	8	100%

Metas 2013

META	IDENTIFICAÇÃO	PREVISTO	EXECUTADO	RESULTADO
1	Visitas técnica aos agricultores	2000		
2	Elaboração de Projetos junto ao SICONV	2		
3	Elaboração de Projetos junto ao EMPREENDER/JP	40		
4	Cadastrar produtores e suas produções	80		
5	Dia de campo (capacitação e palestras)	4		
6	Elaborar cartilha e/ou livro sobre agricultura orgânica	100		
7	Elaborar projetos PAA, PNAE e CDL.	1		
8	Instalar feira agroecológica	1		
9	Implantar abatedouro avícola	1		
10	Implantar Unidade Experimental	1		

11	Fabricação de sabão artesanal	12		
12	Viveiro de plantas ornamentais	1		
13	Biodigestor	8		

Perceptivas para 2013 da Assistência Técnica

Espera-se assistir aos produtores buscando os seguintes resultados:

- Potencializar os processos produtivos agrícolas voltados à oferta de alimentos e das estratégias de comercialização tanto nos mercados locais como nos mercados regionais;
- Minimizar perdas ocasionadas por problemas de pragas e doenças;
- Orientar os produtores quanto ao uso de composto orgânico, biofertilizantes e adubação verde, para obter o máximo aproveitamento desse recurso e, conseqüentemente, máxima produção agrícola;
- Orientar os produtores quanto ao uso de extratos botânicos e caldas no controle de pragas e doenças, para obter o máximo aproveitamento desses recursos e, conseqüentemente, máxima produção agrícola;
- Aplicação de metodologia adequada, estimulando a implementação de instrumentos gerenciais de controle técnico e financeiro;
- Analisar e divulgar os resultados do trabalho, permitindo que futuros profissionais contribuam prestando assistência técnica de qualidade aos produtores rurais, e que estes apliquem os recursos, conseguidos, de forma eficiente para o aumento da renda na agricultura familiar.

6- BIODIGESTORES

Na grande João Pessoa atualmente o projeto de assistência aos agricultores familiares o Cinturão Verde, monitora 8 (oito) Biodigestores em funcionamento, sendo que alguns desses utilizam toda a produção de Biogás e de Biofertilizante em suas próprias atividades, outra parte no entanto se utiliza de formas comerciais para escoar sua produção de Fertilizante Orgânico, essas formas são viabilizadas pelo Cinturão Verde, que fornece o transporte, para que o mesmo seja repassado para outros agricultores também da grande João Pessoa. É repassado para o pequeno agricultor por um preço simbólico de apenas R\$ 0,20 o litro, o que permite ao agricultor uma melhoria na sua renda, além de estar utilizando um produto totalmente orgânico, são mais de 20 agricultores que já tiveram acesso a esse produto, e foram mais de 800 litros distribuídos para os agricultores.

Para estrutura física pretendemos melhorar as pocilgas e os Biodigestores que se encontrarem em má qualidade de conservação, estando eles sujos, mal pintados, mal conservados e apresentando ao seu entorno uma quantidade expressiva de lixo solto no ambiente, o melhoramento da aparência física e estrutural dos mesmos são metas para serem cumpridas em 2013. Resolver também os problemas na canalização do gás produzido pelo Biodigestor, causando assim, muitas perdas no aproveitamento deste gás para ser utilizado em possíveis tarefas domésticas do interesse do produtor.

Para que essas metas possam ser cumpridas, é necessário que se continue com a assistência técnica em campo, e para isso se faz necessário uma estrutura de veículos e técnicos tanto para a comercialização quanto para a assessoria técnica especializada.

Os Biodigestores passaram a desenvolver suas reais funções a partir do início de 2012, até então todos se encontravam sem funcionamento.

7- CRÉDITO RURAL

Em 2012 a linha de crédito Cinturão Verde foi responsável pela liberação de 58 investimentos rurais, no total de R\$ 316.450,00 sendo novos financiamentos 231.650,00 e 84.800,00 créditos renovados. Hoje temos o maior índice de adimplência 90%.

ATIVIDADE	AGRICULTORES BENEFICIADOS	VOLOR
AVICULTURA	06	R\$ 42.000,00
BOVINCULTURA	04	R\$ 40.000,00
SUINOCULTURA	06	R\$ 47.000,00
AGRICULTURA	42	R\$ 187.450,00

8-CONCLUSÃO:

Esperamos que em 2013 possamos alcançar 100% dos agricultores familiares de João Pessoa com capacitação, crédito e desenvolvimento social.

Metas esperadas

Foram beneficiados um total de 19 agricultores que tinham a certificação do Orgânico, onde os mesmos comercializaram diretamente alimentos de acordo com padrões de qualidade que são determinados pelos órgãos regionais competentes em um limite de R\$ 4,5 mil por ano

Em quatro meses de andamento do programa CDL/AF, já foram entregues 95% da produção estabelecida em contrato, um total de 23840 Kg, obtendo um retorno financeiro de 83.969,00 R\$.

No próximo ano espera-se ter um aumento de 100% de beneficiados do programa, chegando a um valor estimado de escoamento de produtos Agrícolas de 190, 720,00R\$ assim promovendo um canal de escoamento dos produtos agrícolas com preço justo e estimulando o crescimento e diversificação de sua produção.

Faz-se necessário o incentivo continuado a produção associado a um canal de comercialização seguro que promova a consolidação na continuidade e no estímulo maior da produção, para os agricultores rurais, tendo em vista que a agricultura familiar tem grande importância na economia e na sustentabilidade social e econômica.

RELATÓRIO DAF 2014



SECRETARIA DO TRABALHO, PRODUÇÃO E RENDA

DIRETORIA DA AGRICULTURA FAMILIAR

RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES

RAÍSSA DE MELO VIEIRA
Estagiária

DEZEMBRO/2014

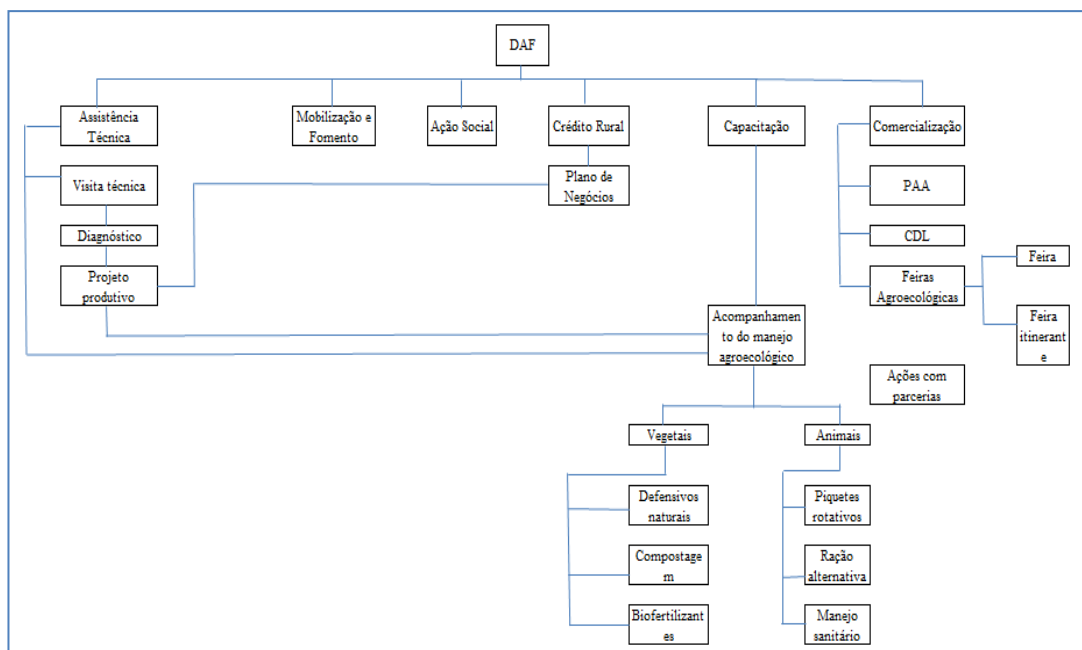
1. INTRODUÇÃO

Este Relatório Anual de Atividades foi elaborado com o intuito de condensar as principais ações desenvolvidas durante o ano de 2014, período em que estive enquadrada na função de estagiária da Secretaria de Trabalho, Produção e Renda da Prefeitura Municipal de João Pessoa, PB.

O referido estágio foi realizado no período de Março/2014 até Dezembro/2014, na Diretoria de Agricultura Familiar (DAF), também conhecida como Cinturão Verde. A Diretoria atua como instrumento para promover a transição agroecológica dos produtores familiares da zona rural e periurbana de João Pessoa, desde o ano de 2005.

A DAF atua em seis eixos principais, sendo eles: Assistência Técnica, Mobilização e Fomento, Ação Social, Crédito Rural, Capacitação e Comercialização, como mostra o fluxograma simplificado, na Figura 1. São promovidas e executadas diversas ações dentro de cada eixo, de acordo com a necessidade de acompanhamento e fortalecimento da cadeia produtiva da agricultura familiar.

Figura 1 – Fluxograma simplificado da Diretoria de Agricultura Familiar



Dentro dessa perspectiva, a Diretoria auxilia os agricultores com orientações técnicas e visitas nas áreas de cada família cadastrada, oferece palestras e cursos para auxiliar nas práticas agropecuárias de cada unidade produtiva familiar, articula a disponibilização de recursos financeiros para a elaboração de projetos através do Banco Cidadão, promove a inclusão social e econômica no campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar, através de programas governamentais como o PAA (Programa de aquisição de Alimentos), CDL-AF (Compra Direta Local da Agricultura Familiar), entre outros, além de oferecer apoio e acompanhamento às feiras agroecológicas (Fixa e itinerante).

O estágio teve ênfase na área de Assistência Técnica, aonde foi priorizado o acompanhamento dos técnicos que compõem o quadro de funcionários, auxiliando-os nas visitas técnicas, aprendendo na prática sobre os processos agroecológicos e estreitando os laços com os produtores rurais. O que não me impediu de ter acesso às outras áreas da diretoria, aprendendo sobre elas e oferecendo as contribuições cabíveis. Além disso, também foram executadas atividades externas ligadas aos Territórios da Cidadania e funções administrativas no escritório.

Nesse sentido, o presente relatório tem por objetivo apresentar as principais atividades que desenvolvi enquanto estagiária da DAF, e sugerir as metas para o próximo ano.

O referido trabalho é, portanto, composto basicamente por Introdução, contendo informações essenciais sobre o trabalho desenvolvido pela Diretoria; objetivo, constando a finalidade do relatório; atividades desenvolvidas, que apresenta as principais práticas exercidas durante o estágio; e considerações finais.

2. OBJETIVO

Este relatório tem por objetivo elencar e discutir as principais atividades que desenvolvi individual e coletivamente durante o ano de 2014, período em que estive enquadrada como estagiária da Diretoria de Agricultura Familiar de João Pessoa, PB, bem como fazer as projeções e propor as metas para o ano de 2015.

3. METODOLOGIA

Os trabalhos descritos neste relatório foram realizados a partir de uma demanda existente, podendo ser tanto uma atividade rotineira programada semanalmente através de uma agenda semanal, quanto uma demanda identificada através principalmente de observações, aonde nós (membros da

equipe e estagiários) buscamos soluções plausíveis e ao nosso alcance para os principais empecilhos que dificultaram o bom funcionamento da Diretoria, na sua totalidade, bem como para o melhoramento da situação dos produtores rurais atendidos pela DAF.

Para as atividades de campo, a metodologia consiste em uma intervenção direta, aonde há uma aproximação muito significativa com a realidade vivida pelos produtores, de modo a poder captar e conceber seus potenciais e fragilidades, tanto no contexto produtivo quanto social. O desenvolvimento deste trabalho, que não pode ser compreendido apenas como um acompanhamento meramente técnico, requer preferencialmente uma sensibilidade no trato com pessoas, além das habilidades relacionadas à produção agroecológica.

Com relação às atividades administrativas, as ações neste contexto foram desenvolvidas principalmente utilizando o *software* Microsoft Office Excel. No tocante ao Projeto de Estágio, a metodologia utilizada até o presente momento foram a de revisão bibliográfica, com consulta a artigos científicos, livros e periódicos disponíveis na internet e a criação de questionário qualitativo.

4. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

Neste ponto do relatório serão descritas as principais atividades que colaboraram para a minha formação profissional e pessoal, contribuindo para a minha capacitação técnica voltada à Agroecologia, na minha habilidade de resolver problemas e na minha percepção acerca da questão socioambiental envolvida na Agricultura Familiar.

Acompanhamento das visitas aos produtores rurais

Durante o ano de 2014 eu pude acompanhar visitas aos produtores rurais, realizadas pelos técnicos, contemplando agricultores e avicultores da zona rural e periurbana de João Pessoa, e também fazer o acompanhamento dos biodigestores instalados na propriedade de alguns produtores da região. Estas visitas permitem uma melhor aproximação com a realidade vivida pelos produtores, estreitando a relação diretoria x produtor, sendo possível um maior entendimento de suas condições e dificuldades para desempenhar o seu trabalho, e a partir daí buscar soluções e melhorias para essa classe trabalhadora tão indispensável. Haja vista a importância da execução desta atividade, eu aproveito para tornar conhecida pelo leitor, ou mesmo reforçada, a necessidade de se ter disponíveis um veículo e um motorista apenas para este fim.

De maneira geral, é possível destacar algumas das principais problemáticas enfrentadas pelos produtores no decorrer do ano, sendo elas: dificuldades na comercialização de produtos, problemas relacionados à CDL, e necessidade de realizar novos empréstimos.

Acompanhamento de feiras agroecológicas

O acompanhamento das feiras agroecológicas é essencial para garantir a comercialização e o incentivo ao consumo dos produtos orgânicos, apresentando seus benefícios em relação aos produtos da agricultura convencional. Nesse sentido, os estagiários participaram de várias feiras, incluindo a I Feira de Produtos Agroecológicos da Agricultura Familiar (Foto 1), ocorrida no Ponto de Cem Réis. A feira foi coordenada pela Diretoria de Economia Solidária Segurança Alimentar e Nutricional (Dessan) e fez parte da programação da Semana Mundial de Alimentação. Os estagiários auxiliaram os agricultores nas vendas e aproveitaram para fazer a entrega dos folders informativos sobre as feiras fixas e itinerantes e sobre a DAF. Além desta, os estagiários também participaram de outras feiras, como as promovidas pela parceria entre o Equilíbrio do Ser e a Diretoria de Agricultura Familiar, que ocorre mensalmente e integra os produtos agroecológicos com práticas de boa saúde e bem estar (Foto 2).

Acompanhamento da CDL

O Programa Compra Direta Local da Agricultura Familiar, CDL-AF, contribui para a inclusão social e econômica no campo com o fortalecimento da agricultura familiar. Ao longo do ano, os estagiários puderam participar de algumas entregas de produtos, incluindo a Abertura da CDL do ano

de 2014 (Foto 3), aonde foram apresentados alguns resultados do ano anterior e feitas as projeções para o ano.

Nessas oportunidades, os estagiários foram conhecendo um pouco acerca da logística envolvida nesse processo e identificando possíveis problemas que podem vir a ocorrer, seja com relação às cotas, à entrega de produtos ou ao pagamento dos produtores.

Acompanhamento das atividades dos Territórios da Cidadania da Zona da Mata Sul

O Programa Territórios da Cidadania tem como objetivos promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável. A participação social e a integração de ações entre Governo Federal, estados e municípios são fundamentais para a construção dessa estratégia³. Sendo assim, nas oportunidades que me foram ofertadas, aproveitei para participar de reuniões dos territórios da Zona da Mata Sul, principalmente no tocante à Coordenação de Mulheres, e também da Plenária Territorial da Zona da Mata Sul (Foto 4), ocorrida em Alhandra, aonde fui redatora.

Projeto Unidade Experimental

Os estagiários criaram um projeto de uma unidade experimental para possibilitar testes a fim de comprovar a eficácia das caldas produzidas pelos agricultores, das concentrações de biofertilizantes e o desenvolvimento adequado de hortaliças e fitoterápicos. Esta unidade funcionaria como um laboratório aberto servindo de base para pesquisas, intercâmbio entre os agricultores, cursos de curta duração e ponte entre a universidade e os agricultores.

O projeto não foi aprovado, entretanto, graças a uma parceria com o Equilíbrio do Ser, foi possível a instalação da nossa unidade experimental aonde se realiza ações de Permacultura com fins terapêuticos. Lá nos foi cedida uma parte do terreno para a nossa horta e a possibilidade de, semanalmente, somar saberes e experiências com outras pessoas interessadas no assunto. A construção da nossa horta mandala em forma de pizza (Foto 5) está sendo concluída, aonde serão plantadas mudas de hortaliças e/ou ervas medicinais.

Projeto de Estágio

Foi dada aos estagiários a incumbência de, no período de dois anos, tempo de estágio incluindo a renovação do contrato, realizar um Projeto de Estágio relacionado a algum tema referente à Diretoria. O tema que escolhi envolve o manejo agroecológico de pragas e doenças. Para tanto, pretendo trabalhar tanto com o controle, mas principalmente com a prevenção, possibilitada pelo fortalecimento da planta através de técnicas como a correção do pH do solo, que o tornando-o mais propício para o desenvolvimento de várias espécies de hortaliças. Além disso, almejo catalogar as espécies de pragas mais comuns de João Pessoa e fazer um apanhado das formas de combatê-las, buscando em livros e artigos científicos e também nos agricultores, fonte da sabedoria empírica. Como metodologias para alcançar os resultados, serão utilizados:

- Questionário qualitativo que já foi elaborado e deverá ser aplicado no próximo ano;
- Análises de solo da Unidade Experimental junto à UFPB;
- Testes com as caldas e outros defensivos naturais, com o intuito de comprovar sua eficácia.

A finalização deste trabalho renderá um Folder informativo sobre defensivos naturais, voltados aos consumidores, contendo inclusive informações sobre os malefícios causados pelos agrotóxicos; uma Cartilha para os agricultores, expondo as principais pragas e doenças e as receitas testadas dos defensivos; um Manual Técnico de Defensivos Naturais, que condensará todo um universo de informações a esse respeito, conciliando os saberes científico e popular.

³ Territórios da Cidadania, Portal da Cidadania. Disponível em:
<http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/territoriosrurais/one-community>

Dia do Agricultor

Os estagiários, juntamente com os outros membros da equipe, tiveram um dia dedicado à agricultura familiar em comemoração ao dia do agricultor, em um momento muito rico de aprendizado, vivência e aprofundamento na realidade do camponês (Foto 6).

Aula de Campo com Alunos da Disciplina de Ecologia Aplicada – UFPB

Nesta oportunidade, os estudantes do curso de Engenharia Ambiental da UFPB participaram de aula de campo acompanhados pela professora de Ecologia Aplicada, Cristina Crispim, um técnico da Diretoria e os estagiários, aonde foram visitadas algumas propriedades, com fins de se conhecer acerca da produção agroecológica e o funcionamento de biodigestores. Foi uma experiência interessante, aonde o conhecimento científico pôde ser confrontado com o conhecimento empírico, e o que se via apenas na sala de aula pelos estudantes, foi visualizado na prática (Foto 7).

Portal da Diretoria de Agricultura Familiar

Desenvolvi uma ferramenta denominada “Portal DAF” utilizando o *software* Microsoft Office Excel, com o intuito de organizar e otimizar a busca por documentos da Diretoria. Trata-se de uma ferramenta de fácil acesso e *layout* intuitivo, na qual é possível ter acesso a todas as pastas e documentos de maior procura pelos funcionários e deixá-los ao alcance de um clique, evitando assim desperdício de tempo e confusão na busca e armazenamento de arquivos.

Plano de Ação

Outra ferramenta que desenvolvi no Microsoft Office Excel, com o objetivo de melhorar a gestão da Diretoria, foi o “Plano de Ação”. Com ele, é possível elencar todos os encaminhamentos discutidos na reunião semanal, atribuindo a eles um responsável, um prazo, uma observação e um status de “Concluído”, “Em andamento” ou “Cancelado”, que deve ser preenchido na reunião seguinte, com possível justificativa. Desta maneira, é possível um acompanhamento mais aprimorado das atividades desempenhadas por cada membro da equipe.

Digitalização do Cadastro de Imóveis Rurais

A digitalização do diagnóstico de imóveis rurais dos agricultores participantes do programa foi feita pelos três estagiários, e teve o objetivo de facilitar a consulta e garantir a durabilidade dos dados armazenados. Os diagnósticos de imóveis rurais digitalizados permitiram uma maior facilidade no acesso a dados cadastrais dos agricultores, no que tange as suas propriedades.

Ficha de Acompanhamento de Cotas

Os estagiários, percebendo as dificuldades enfrentadas pelos agricultores em acompanhar seu limite de cota, criaram uma ficha de acompanhamento no programa Microsoft Office Excel, para facilitar a compreensão das cotas. As fichas foram elaboradas com sucesso e estão sendo preenchidas com os dados das cotas dos agricultores.

5. RESULTADOS DAS METAS DOS ESTAGIÁRIOS 2014

TI	META	PREVISTO	EXECUTADO
1	Visitas técnica aos agricultores	540	540
2	Dia de campo (capacitação e palestras)	03	03
3	Implantação da Unidade Experimental	01	01
4	Monitoramento dos Biodigestores	08	08
5	Confecção de folder de divulgação das feiras	01	01
6	Confecção de folder explicativo sobre a DAF	01	01
7	Cadastro de imóveis rurais	300	300
8	Criação do Plano de Ação para sistematização	01	01

	das atividades		
9	Criação da Ficha de Acompanhamento de Cotas	01	01
10	Desenvolvimento de Projeto de Estágio	03	03
11	Criação dos Questionários referentes às pesquisas dos Projetos de Estágio	03	03
12	Participação na I Feira de Produtos Agroecológicos da Agricultura Familiar, da Semana Mundial de Alimentação	03	03
13	Participação da Plenária Territorial da Zona da Mata Sul	01	01
14	Participação da Abertura da CDL 2014	01	01

6. METAS 2015

Nº	META	PREVISTO	EXECUTADO
1	Visitas técnica aos agricultores	540	
2	Dia de campo (capacitação e palestras)	12	
3	Construção de Horta Mandala na Unidade Experimental	01	
4	Aplicação dos Questionários dos Projetos de Estágio	60	
5	Análise do Solo da Horta Mandala	01	
6	Estabelecimento de vínculo com as marisqueiras de Mandacaru	01	
7	Confecção de Cartilha sobre a DAF	01	
8	Confecção de Folder, Cartilha e Manual de Defensivos Naturais	03	
9	Implantação do projeto Fitoterápica (Parceria)	01	
10	Criação de cartilha de Fitoterápicos voltada para a saúde da mulher	01	

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estágio é uma experiência que pode ser recompensadora de várias formas para o estudante. O contato com atividades práticas facilita a interiorização do conteúdo teórico visto em sala de aula, além de fornecer a possibilidade de assimilação de novos temas.

Durante este período, o estagiário se vê imerso no mercado de trabalho, enfrentando problemas reais, lidando com as particularidades da profissão, desenvolvendo habilidades que não poderiam ser adquiridas e exploradas tão somente em sala. Essas vivências permitem engrandecimento profissional, acadêmico e, sobretudo, pessoal.

A Agricultura Familiar merece bastante atenção dos profissionais da área ambiental, por se tratar de uma questão fundamental para a conservação do solo, da água e do ar. Isso porque a agropecuária convencional é extremamente poluidora, comprometendo enormes áreas de solo produtivo, demandando grande quantidade de água e ainda poluindo mananciais e lençóis freáticos com uso de agrotóxicos, emitindo exacerbada quantidade de gases do efeito estufa com a produção de bovinos,

isso sem contar as áreas de floresta desmatadas para a produção e muitas outras questões de cunho socioambiental.

Sendo assim, é imprescindível maiores incentivos à produção familiar e a busca por tecnologias agroecológicas cada vez mais eficientes, fazendo com que elas cheguem até os pequenos produtores, ainda tão escanteados. Essa experiência de estágio teve então grande impacto sobre a minha vida, contribuindo largamente para minha formação e me tornando uma defensora implacável da Agricultura Familiar e da produção orgânica.

8. ANEXOS

Foto 1 – Feira de Produtos Agroecológicos



Foto 2 – Feira do Equilíbrio do Ser



Foto 3 – Abertura da CDL 2014



Foto 4 – Plenária Territorial



Foto 5 – Preparação da Horta



Foto 6 – Dia do Agricultor



Foto 7 – Aula de Campo de Ecologia Aplicada

Foto 8 – Produção de alfaces orgânicas



Lei de Criação do Programa Empreender JP.

LEI Nº 10.431, DE 11 DE ABRIL DE 2005.

CRIA O PROGRAMA MUNICIPAL DE APOIO AOS PEQUENOS NEGÓCIOS - EMPREENDER - JP E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, ESTADO DA PARAÍBA, FAÇO SABER QUE O PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL APROVOU E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica instituído o PROGRAMA MUNICIPAL DE APOIO AOS PEQUENOS NEGÓCIOS - EMPREENDER - JP, como instrumento de promoção da inclusão social e do desenvolvimento sustentável, através de programas especiais de capacitação empreendedora e financiamento com os seguintes objetivos:

I - Aumentar as oportunidades de emprego através da criação, ampliação, modernização, transferência ou reativação de pequenos negócios, formais e informais, através de empréstimos de recursos financeiros aos empreendedores;

II - Elevar a qualidade de vida da população pela criação de fontes de renda segura e consistente, que proporcione sustentação às famílias de empreendedores, em particular as de baixa renda;

III - Promover a capacitação e qualificação gerencial de empreendedores e gestores de pequenos negócios, visando aprimorar suas aptidões e assegurar acesso à inovação tecnológica que lhes garantam maior eficiência produtiva e competitividade no mercado;

IV - Promover sistemas associativos de produção mediante a criação e a manutenção de centrais de compras, de produção e vendas, sob a gestão dos empreendedores, formais e informais, de pequenos negócios;

V - Oferecer infra-estrutura para facilitar escoamento da produção e possibilitar o acesso dos pequenos empreendedores ao sistema de comercialização;

VI - Viabilizar a participação de pequenos negócios, formais e informais em feiras e exposições onde quer que sua presença possa contribuir para o desenvolvimento de suas atividades; e

VII - Apoiar e estimular a criação de organizações e mecanismos de micro-crédito.

Art. 2º Para implementação e operacionalização do PROGRAMA EMPREENDER - JP, fica instituído o FUNDO MUNICIPAL DE APOIO AOS PEQUENOS NEGÓCIOS.

I - Não será concedido empréstimo pelo Fundo Municipal de Apoio aos Pequenos Negócios aos projetos de comercialização de armas.

II - A Prefeitura fará publicar Edital na imprensa e no Semanário Oficial, definindo local e horário para inscrição dos interessados, como também a relação dos processos deferidos e indeferidos dos empréstimos do EMPREENDER - JP.

Art. 3º Os recursos arrecadados através do Fundo EMPREENDER - JP serão administrados pela Agência de Desenvolvimento de Pequenos Negócios, implementada no âmbito da Secretaria de Desenvolvimento Sustentável da Produção.

Parágrafo Único - A Secretaria de Desenvolvimento Sustentável da Produção será responsável pela operacionalização e administração das medidas necessárias à implementação das ações estabelecidas no caput deste artigo, podendo para tanto, na forma da lei, firmar convênios, contratar serviços, estabelecer parcerias e adotar as iniciativas indispensáveis ao bom cumprimento dos objetivos compreendidos por tais ações, fazendo uso dos seus recursos institucionais e daqueles disponíveis no âmbito do governo municipal.

Capítulo II DAS FONTES DE RECURSOS

Art. 4º Constituirão recursos do PROGRAMA MUNICIPAL DE APOIO AOS PEQUENOS NEGÓCIOS - EMPREENDER-JP:

I - O produto resultante de 1,5% (hum vírgula cinco por cento) sobre todos os valores de pagamentos realizados pelo Município de João Pessoa, relativos ao fornecimento de bens, serviços e contratação de obras, creditados automaticamente ao FUNDO MUNICIPAL DE APOIO AOS PEQUENOS NEGÓCIOS;

II - VETADO

III - As transferências de agências e fundos de desenvolvimento, nacionais e internacionais, a título de contribuição, subvenção ou doação, além de outras formas de

transferências a fundo perdido;

IV - Os valores decorrentes da remuneração do Fundo pelos financiamentos concedidos pelo agente financeiro e os rendimentos resultantes de aplicações financeiras dos recursos não comprometidos;

V - Doações de pessoas físicas e jurídicas, entidades públicas e privadas que desejem participar de programas de redução das disparidades sociais de renda, no âmbito do município de João Pessoa;

VI - Juros e quaisquer outros rendimentos eventuais;

VII - Amortizações de empréstimos concedidos.

Parágrafo Único - Ficam excluídos dos valores mencionados no inciso I deste artigo os pagamentos relativos a:

I - Serviços públicos explorados por concessão dispensados de procedimento licitatório para contratação com o Município;

II - Pagamentos e adiantamentos aos servidores públicos municipais;

III - Pagamentos inferiores a 04 (quatro) salários mínimos.

IV - VETADO

Capítulo III

DA ADMINISTRAÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE APOIO AOS PEQUENOS NEGÓCIOS

Art. 5º A supervisão do Fundo será exercida pelo Conselho Consultivo dos Pequenos Negócios do Município de João Pessoa existente no âmbito da Secretaria de Desenvolvimento Sustentável da Produção ao qual compete:

I - Auxiliar no estabelecimento de critérios e fixação de limites globais e individuais para a concessão dos financiamentos e subvenções, observadas as disponibilidades do Fundo;

II - Sugerir prazos de amortização e carência, bem como os encargos dos mutuários e multas por eventual inadimplemento contratual;

III - Analisar mensalmente as contas operacionais do Fundo, por meio de balancetes, além de avaliar os resultados e propor medidas de aprimoramento de suas atividades;

IV - Manifestar-se previamente sobre ajustes a serem celebrados com terceiros, tendo por objeto recursos ao Fundo; e

V - Elaborar seu Regimento Interno.

Art. 6º O Conselho a que se refere o Art. 5º terá a seguinte composição:

I - Um (01) representante da Secretaria de Desenvolvimento Sustentável da Produção que atuará na condição de presidente e membro nato;

II - Um (01) representante da Secretaria de Planejamento, Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente que atuará na condição de vice- presidente e membro nato;

III - Um (01) representante do SEBRAE/PB - Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas da Paraíba;

IV - Um (01) representante das entidades do setor produtivo do comércio;

V - Um (01) representante das entidades do setor produtivo da indústria;

VI - Um (01) representante da Central Única dos Trabalhadores - CUT;

VI-A - Um (01) representante das Cooperativas;

VII - Um (01) representante das Associações Comunitárias;

VIII - Um (01) representante da Universidade Federal da Paraíba - UFPB;

IX - Um (01) representante da Associação das Micro e Pequenas Empresas da Paraíba - FEMPE;

X - Um (01) representante Da Federação das Micro e Pequenas Empresas da Paraíba;

XI - Um (01) representante da Câmara Municipal de João Pessoa;

XII - VETADO

Parágrafo Único - No ato da indicação, do membro do Conselho, a entidade ou o órgão indicará o respectivo suplente.

Art. 7º O FUNDO MUNICIPAL DE APOIO AOS PEQUENOS NEGÓCIOS será administrado por um Comitê Gestor e supervisionado pelo Conselho Consultivo dos Pequenos Negócios a que se refere o Art. 5º da presente Lei.

Art. 8º O Comitê Gestor do FUNDO MUNICIPAL DE APOIO AOS PEQUENOS NEGÓCIOS será composto pelos seguintes membros:

I - O Diretor de Fomento da Produção e dos Pequenos Negócios;

II - Um (01) representante da Secretaria de Desenvolvimento Social que atuará na condição de Vice-Presidente;

III - Um (01) representante da Secretaria de Finanças;

IV - Um (01) representante da Associação das Micro e Pequenas Empresas de João Pessoa (PB);

V - Um (01) representante dos Agentes Financeiros.

Art. 9º Compete ao Comitê Gestor do FUNDO MUNICIPAL DE APOIO AOS PEQUENOS NEGÓCIOS:

I - Reunir-se mensalmente para avaliar a operação e resultados da aplicação dos recursos do Fundo;

II - Determinar as normas, procedimentos e condições operacionais do Fundo a serem cumpridas pelos Agentes Financeiros;

III - Aprovar as prestações de contas referentes às despesas administrativas de funcionamento e operacionalização das normas e procedimentos estabelecidos nesta Lei, bem como encaminhar, à Câmara Municipal de João Pessoa, as respectivas prestações de contas com a documentação comprobatória até o 15º dia, do mês subsequente.

§ 1º A Secretaria Executiva do Comitê Gestor será designada pelo Secretário do Desenvolvimento Sustentável da Produção.

§ 2º Compete a Secretaria Executiva:

I - Secretariar o Comitê Gestor do Fundo Municipal de Apoio aos Pequenos Negócios;

II - Receber, analisar e emitir parecer conclusivo no que respeita às solicitações de financiamento;

III - Elaborar o plano estratégico e operativo anual do fundo;

IV - Gerir o fundo de despesas administrativas do Comitê, prestando contas mensalmente à presidência do mesmo;

V - Apresentar relatórios mensais e anuais com referência às atividades operacionais e financeiras do Fundo.

Capítulo IV DO AGENTE FINANCEIRO

Art. 10 - Os recursos do FUNDO MUNICIPAL DE APOIO AOS PEQUENOS NEGÓCIOS - EMPREENDER - JP serão operacionalizados pela Agência de Desenvolvimento de Pequenos Negócios ou agentes financeiros selecionados dentre os bancos oficiais, os quais celebrarão convênios com o Município de João Pessoa para operacionalizar linhas de crédito.

§ 1º A remuneração do Agente Financeiro será negociada, em forma de parcerias solidárias, levando-se em conta os interesses sociais da operação do PROGRAMA EMPREENDER - JP.

§ 2º A título de contrapartida, o Agente Financeiro implantará, na agência ou agências locacionalmente mais adequadas, um Núcleo de Atendimento aos Pequenos Negócios, com equipe capacitada a prestar os serviços financeiros do PROGRAMA EMPREENDER - JP e todas as informações e esclarecimentos que forem necessários ao seu bom desempenho.

§ 3º Compete ao Agente Financeiro:

I - Providenciar para o PROGRAMA EMPREENDER - JP contabilidade própria, fazendo publicar anualmente os balanços de recursos do Fundo, devidamente auditados;

II - Efetuar o controle contábil-financeiro dos recursos do Fundo, através do exame da movimentação dos saldos e de suas aplicações no mercado aberto;

III - Providenciar a emissão de cada contrato de financiamento de acordo com as normas e procedimentos emanados do Comitê Gestor do Fundo;

IV - Controlar a situação do mutuário ou beneficiário e dar quitação quando do encerramento dos contratos;

V - O Agente Financeiro deverá colocar à disposição do Comitê Gestor os demonstrativos com posições mensais dos recursos, aplicações e resultados do Fundo.

Art. 11 - Fica criado o Fundo Garantidor, vinculado ao PROGRAMA MUNICIPAL DE APOIO AOS PEQUENOS NEGÓCIOS - EMPREENDER- JP, com o objetivo de cobrir eventuais perdas resultantes de inadimplências dos financiamentos concedidos pelo agente financeiro.

§ 1º O agente financeiro somente será ressarcido dos contratos inadimplidos decorridos sessenta dias do vencimento, através do débito em conta do Fundo Garantidor.

§ 2º O agente financeiro deverá proceder à cobrança dos contratos inadimplidos.

§ 3º Também poderão compor o Fundo Garantidor ao PROGRAMA MUNICIPAL DE APOIO AOS PEQUENOS NEGÓCIOS - EMPREENDER- JP e utilizados dentro dos objetivos deste, os recursos do Fundo Municipal de Apoio aos Pequenos Negócios.

Capítulo V DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 12 - O Poder Executivo Municipal Regulamentará e criará condições legais

necessárias para que os recursos previstos no Art. 3º, em seu parágrafo único, sejam assegurados com vistas à capitalização e operacionalização do Programa EMPREENDER - JP.

Parágrafo Único - Compete ao Poder Executivo Municipal autorizar despesas referentes ao custeio da administração do Programa EMPREENDER - JP.

Art. 13 - A incidência do percentual estabelecido no inciso I, do Art. 4º não alcança os contratos assinados anteriormente à edição da presente lei.

Art. 14 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA, EM 11 DE ABRIL DE 2005.

RICARDO VIEIRA COUTINHO

Prefeito do Município

Lei de criação da Agencia de desenvolvimento dos pequenos negócios de João Pessoa.

LEI Nº 10.496, DE 04 DE JULHO DE 2005.

CRIA A AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DOS PEQUENOS NEGÓCIOS DE JOÃO PESSOA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Capítulo I
DA DENOMINAÇÃO, NATUREZA JURÍDICA, FINS E SEDE

Art. 1º Fica criada a Agência de Desenvolvimento dos Pequenos Negócios de João Pessoa, sob a natureza jurídica de autarquia municipal, com autonomia administrativa e financeira, e âmbito de atuação, sede e foro no Município de João Pessoa, Estado da Paraíba.

§ 1º A Agência de Desenvolvimento dos Pequenos Negócios de João Pessoa, doravante designada como AGÊNCIA EMPREENDER é regida pelo enunciado nesta lei, pela legislação que for aplicável e pelo seu Regimento Interno.

§ 2º A AGÊNCIA EMPREENDER fica vinculada operacionalmente à Secretaria de Desenvolvimento Sustentável da Produção - SEDESP, órgão da estrutura organizacional direta da Prefeitura Municipal de João Pessoa.

Art. 2º A AGÊNCIA EMPREENDER tem por finalidade a promoção do desenvolvimento sócio econômico do Município de João Pessoa, com ênfase nas ações de fomento às atividades econômicas populares e das pequenas empresas, com o objetivo de gerar trabalho e renda por meio de iniciativas ambientalmente sustentáveis.

§ 1º A AGÊNCIA EMPREENDER fica autorizada a firmar acordos de cooperação, parceria, convênios, consórcios, contratos, bem como estabelecer associações com instituições, privadas e da sociedade civil, com vistas à concretização dos objetivos previstos no caput deste artigo.

§ 2º Fica subordinada à AGÊNCIA EMPREENDER a gestão do Programa de Apoio aos Pequenos Negócios o Município de João Pessoa EMPREENDER-JP e o Fundo Municipal de Apoio aos Pequenos Negócios FUNDO EMPREENDER-JP criados pela Lei Municipal nº 10.431, de 11 de abril de 2005.

§ 3º Compete a AGÊNCIA EMPREENDER adotar todas as providências requeridas à plena realização de suas finalidades e, especificamente:

I - Mobilizar os recursos humanos, técnicos e financeiros que se façam necessários ao bom desempenho de sua missão institucional;

II - Cumprir o que ficar estabelecido em seu Regimento Interno.

Capítulo II DA ORGANIZAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

Art. 3º A estrutura administrativa da AGÊNCIA EMPREENDER será composta pela Superintendência, Gerência Administrativa e Financeira, Gerência de Investimento, Chefia de Assessoria Jurídica, Conselho Deliberativo e Conselho Fiscal, conforme competências e atribuições a serem detalhadas no Regimento Interno.

Parágrafo Único - Ficam criados os cargos da estrutura administrativa da Agência Empreender, todos de provimento em comissão e com remuneração específica, de acordo com o quadro demonstrativo em anexo.

Art. 4º O Conselho deliberativo è a instância superior de participação da sociedade civil na gesto da AGÊNCIA EMPREENDER, com a função de estabelecer a política de atuação, aprovar os planos anuais de trabalho e exercer o controle de suas atividades.

Art. 5º O Conselho Deliberativo será constituído dos seguintes membros:

I - Um (01) representante da Federação das Micro e Pequenas Empresas do Estado da Paraíba - FEMYPE;

II - Um (01) representante do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas da Paraíba - SEBRAE/PB;

III - Um (01) representante da Universidade Federal da Paraíba - UFPB;

IV - Um (01) representante da Secretaria das Finanças do Município de João Pessoa - SEFIN;

V - Um (01) representante da Secretaria de Desenvolvimento Social - SEDES;

VI - Um (01) representante da Secretaria de Planejamento, Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente - SEPLAN; e

VII - Do Secretário de Desenvolvimento Sustentável da Produção - SEDESP.

Art. 6º As entidades com assento no Conselho Deliberativo indicarão seus representantes e os respectivos suplentes na forma estabelecida no seu Regimento Interno, cabendo a presidência do Conselho ao Secretário de Desenvolvimento Sustentável da Produção (SEDESP) que atuará na condição de membro nato e como vice-presidente o representante da Secretaria de Finanças do Município.

Art. 7º O Conselho Fical, é órgão auxiliar e responsável pela fiscalização financeira e contábil da Agência Empreender (JP), com suas atribuições definidas no Regimento Interno.

Parágrafo Único - O Conselho Fiscal será constituído por 03 (três) membros efetivos e 03 (três) suplentes, todos qualificados dentro das exigências legais, eleitos anualmente pelo Conselho Deliberativo.

Capítulo III DOS RECURSOS FINANCEIROS

Art. 8º O recursos financeiros da AGÊNCIA EMPREENDER terão origem nas seguintes fontes:

I - Dotações específicas previstas no orçamento anual do Município de João Pessoa;

II - Contratos de financiamento obtidos pela Autarquia junto com instituições financeiras nacionais e internacionais;

III - Financiamentos obtido pela Prefeitura Municipal de João Pessoa junto a

instituições financeiras nacionais e internacionais e destinados aos objetivos da Agência;

IV - Remuneração por serviço prestados;

V - Subvenções, contribuições e doações que venha a receber;

VI - Rendimentos derivado de depósitos bancários, aplicações diversas e outras rendas patrimoniais.

Capítulo IV DO PATRIMÔNIO

Art. 9º O patrimônio da AGÊNCIA EMPREENDER será constituído:

I - Pelos bens móveis e imóveis que, mediante termo, a Prefeitura de João Pessoa autorize e lhe convenha transferir, originários de outros órgãos da administração;

II - Pelos demais bens que venha a adquirir em função de suas necessidades operacionais;

III - Pela capitalização dos resultados líquidos das atividades econômicas e financeiras de sua competência.

Capítulo V DO QUADRO DE PESSOAL

Art. 10 - A AGÊNCIA EMPREENDER terá quadro de pessoal, com quantitativo e estrutura funcional determinados por seu Conselho Deliberativo.

Parágrafo Único - O quadro de pessoal a que se refere o caput deste artigo compreende:

I - Funcionários transferidos de outros órgãos da administração municipal, direta e indireta, ou de entes federados da União e Estado;

II - Funcionários admitidos e contratados mediante concurso público;

III - Estagiários, em regime temporário, reservadas essas funções a estudantes de curso superior;

IV - Os cargos de provimento em comissão previstos no Anexo I e criados na forma do parágrafo único do art. 3º da presente lei.

Capítulo VI DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 11 - Para o adequado cumprimento de suas finalidades, fica a AGÊNCIA EMPREENDER autorizada a:

I - Contratar a prestação de serviços de terceiros, mediante a aprovação do Conselho Deliberativo, que digam respeito ao bom desempenho de suas atividades, observadas a legislação em vigor;

II - Constituir fundo de aval em apoio às operações de crédito que fazem parte de suas atividades;

III - Participar da constituição de instituições especificamente voltadas à concessão de crédito e outros serviços financeiros, na forma da legislação em vigor, destinadas ao atendimento dos objetivos previstos no art. 2º desta Lei, desde que tenha garantida sua participação nas instâncias administrativas.

Parágrafo Único - Os bens e serviços da AGÊNCIA EMPREENDER gozarão de isenção dos tributos público municipais.

Art. 12 - O Regimento Interno da AGÊNCIA EMPREENDER será elaborado pelo Conselho Deliberativo e publicado no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da data de publicação desta Lei.

Art. 13 - Fica a Prefeitura Municipal de João Pessoa autorizada a abrir crédito especial de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), mediante destaque da rubrica orçamentária 3.3.90.27.00 existente no Orçamento do Município para cobrir as despesas de instalação da AGÊNCIA EMPREENDER.

Art. 14 - O Conselho Deliberativo da AGÊNCIA EMPREENDER se obriga a submeter à apreciação do Chefe do Executivo Municipal, até 31 de janeiro de cada ano, o relatório anual de atividades do exercício anterior e o plano de trabalho de exercício corrente.

Parágrafo Único - O Conselho Deliberativo da AGÊNCIA EMPREENDER se obriga a apresentar ao Chefe do Executivo Municipal até 31 de janeiro de cada ano, a prestação anual de contas das atividades relativas ao exercício anterior e que ficará fazendo parte integrante do Balanço Geral e do Orçamento do Município.

Art. 15 - O Poder Executivo regulamentará, no que couber, a presente Lei no prazo de 90 (noventa) dias.

Art. 16 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 17 - Revogam-se as disposições em contrário.

PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA, EM 04 DE JULHO DE 2005.

RICARDO VIEIRA COUTINHO
Prefeito

ANEXO I
(Art. 3º Parágrafo Único)

Agência de Desenvolvimento dos Pequenos Negócios de João Pessoa
- AGÊNCIA EMPREENDER -

QUADRO ÚNICO
CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

DENOMINAÇÃO	SÍMBOLO	NÚMERO
1. Âmbito de Cargos de Direção e Chefia	STA-1	1
Superintendente		
-----	-----	-----
Chefe de Gabinete	DAE-1	1
-----	-----	-----
Gerente Administrativo e Financeiro	DAE-1	1
-----	-----	-----
Gerente de Investimento	DAE-1	1
-----	-----	-----
Chefe da Assessoria Jurídica	DAE-2	1
-----	-----	-----
Chefe da secretaria Pessoal	DAE-2	1
-----	-----	-----
Chefia da Assessoria de Comunicação Social	DAE-3	1
-----	-----	-----
2. Âmbito de Assessoramento	DAE-3	10
Assessor Especial		
-----	-----	-----
Assistente de Gabinete	DAS-3	10
-----	-----	-----